

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 12 DE JULHO DE 2019

NÚMERO 7.473

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

BLOCO SOCIAL LIBERAL

Líder: Coronel Mocellin
Lideranças dos Partidos que compõem o Bloco:

PL **PSL**

Maurício Eskudlark Ricardo Alba

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos que compõem o Bloco:

PSD **PDT**

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB **PSC**

Vicente Caropreso Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos que compõem o Bloco:

PP **PSB**

João Amin Nazareno Martins

PRB **PV**

Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ricardo Alba

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado
Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ana Campagnolo

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 009ª Sessão Especial realizada em 12/06/2019..... 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 6</p> <p>Publicações Diversas CPI..... 6 Extratos..... 24</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 009ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2019

EM HOMENAGEM AO DIA MUNDIAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em homenagem ao Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil.

Convido para compor a Mesa as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Breno Medeiros;

Excelentíssima senhora Desembargadora do Trabalho, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª região, doutora Mari Eleda Migliorini;

Excelentíssima Desembargadora Rosane Portella Wolff, neste ato representando o excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador Rodrigo Colaço;

Excelentíssima senhora deputada estadual Luciane Carminatti;

Excelentíssimo senhor deputado estadual doutor Vicente Caropreso;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Sergio Motta;

Senhor presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc, Mário Cesar de Aguiar;

Excelentíssima senhora Mariana Pricila Vinholi dos Santos, vice-presidente da Comissão do Direito da Criança e Adolescente, neste ato representando o senhor presidente da Ordem dos Advogados - Seção Santa Catarina, doutor Rafael Horn.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial foi convocada por proposição do deputado Julio Garcia, presidente desta Casa Legislativa, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem ao Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do hino).

[*Degração: Estephani*]

Queremos ainda registrar a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssima senhora deputada estadual Marlene Fengler;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Jerry Comper;

Excelentíssima senhora Desembargadora do Trabalho, doutora Maria de Lourdes Leiria;

Excelentíssima senhora Desembargadora do Trabalho, doutora Tereza Regina Cotoski;

Excelentíssimo senhor Desembargador do Trabalho da 12ª Região, Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira.

Eu vou anunciando aqui, no decorrer da sessão, todas as autoridades que se fazem também presentes.

Neste momento, teremos a apresentação de um vídeo institucional sobre o tema desta sessão, do Programa do TRT 12ª Região.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

A seguir, ouviremos também uma mensagem da Coordenadora do Fórum Nacional, através de vídeo.

(Procede-se à apresentação da mensagem.)

Convido para fazer uso da palavra a senhora deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Boa noite a todos e todas!

Quero cumprimentar as crianças e os estudantes. Boa noite!

Como é bom ouvir estas vozes, soa tão bem aos nossos ouvidos!

Quero cumprimentar aqui o presidente desta sessão especial, deputado Rodrigo Minotto. Em seu nome, permitam-me cumprimentar o Ministro, também a Juíza representando o Tribunal de Justiça, minha conterrânea de Chapecó, a doutora Rosane, e o doutor Mário; e em seus nomes cumprimentar todas as autoridades aqui presentes.

Fiz questão de marcar a minha fala neste momento, primeiro pela relevância do tema. Eu gostaria muito que, hoje, nós pudéssemos ter uma sessão especial em homenagem à inclusão de todas as crianças na escola, que pudéssemos ter uma sessão especial em homenagem à consecução de todas as metas de qualidade da educação brasileira. Este deveria ser o nosso foco, mas isso mostra que ainda há um caminho grande a ser percorrido.

Presido a comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa, e temos acompanhado o quanto ainda é atual e necessário o trabalho que o Ministério Público do Trabalho vem executando. E quero aqui referendar e enaltecer, Ministro, este grande papel, a partir não apenas da própria atuação em Brasília, mas também nos estados, por conduzir e coordenar esta ação. *[Degravação: Taquígrafa Sílvia]*

Quero também dizer que nós ainda temos em Santa Catarina e no país, como um todo, um grande índice de estudantes que não estão na escola, que estão fora dela. E dos que estão e que acabam se evadindo. Em Santa Catarina nós temos somente de matrículas no ensino médio, de quem acaba se matriculando no ano letivo e depois não chega ao final, em torno de 30%. Quando chegamos a analisar os índices do ensino superior, nós temos, na idade dos 18 aos 24 anos, em torno de 18% cursando graduação. Isso mostra que tem uma base que não é consolidada, a educação básica não chega para todos, não chega a ter qualidade. Então, eu quero dizer para todos vocês que nós estamos muito empenhados na busca, no entendimento, na parceria, no sentido de que o trabalho infantil seja coibido e saia totalmente da nossa agenda, porque não deve mais existir, nunca deveria ter existido.

Eu quero também destacar aqui um material que recebi e que já fiz a leitura. Muito importante este cartaz, do dia 12 de junho, Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, e no último item dele estão as dez razões por que uma criança não deve trabalhar, diz assim: O trabalho precoce prejudica a vida toda; a infância pela falta de oportunidade de brincar, estudar e aprender; a fase adulta pela baixa qualificação profissional para obter um bom trabalho; e a velhice por falta de condições dignas de sobrevivência. Acho que aqui está à síntese de tudo que significa, e em Santa Catarina todos precisam conhecer esta lei, que é a Lei do Plano Estadual de Educação, que nós aprovamos aqui nesta Casa em 2015, e tem vigência até 2024. Um dos capítulos desta lei trata da educação em tempo integral, e neste capítulo diz que nós precisamos chegar a ter no mínimo 65% das escolas públicas em Santa Catarina, e no mínimo 40% dos estudantes de toda a educação básica, até 2024, com período integral. O que significa o

período integral? Seria permanecer sete horas ou mais de escola. Escola, que entendida, com tudo que uma criança tem direito, que é o esporte, a cultura, o ensino e o direito à aprendizagem em todas as suas dimensões.

Então eu quero, não somente me somar ao grande trabalho do Tribunal Regional do Trabalho aqui de Santa Catarina, mas também ao trabalho das famílias, e de todas as lideranças que aqui estão que têm a coragem de enfrentar este tema, que deve sim estar na pauta da esfera pública. Contem conosco e parabéns pelo Dia 12 de Junho. Não é somente o Dia dos Namorados, é um dia fundamental para garantirmos a infância, a aprendizagem e, tenho certeza, o pleno desenvolvimento de todas as crianças e adolescentes. Obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Quero também agradecer a presença das seguintes autoridades:

Magnífico Reitor da Universidade do Planalto Catarinense, professor Kaio Henrique Coelho do Amarante;

Excelentíssima senhora Juíza do Trabalho, Patrícia Pereira de Sant'anna, neste ato representando a presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra, senhora Noemia Garcia Porto;

Excelentíssima senhora Ana Paula Amaro da Silveira, Juíza de Direito, neste ato representando a excelentíssima senhora presidente da Associação dos Magistrados Catarinense, Jussara Wandscheer;

Excelentíssimo senhor Juiz do Trabalho da Vara de Palhoça, presidente da Associação dos Juízes do Trabalho de Santa Catarina, doutor José Carlos Kulzer;

Excelentíssima senhora Juíza do Trabalho, Andrea Cristina de Souza Haus;

Excelentíssima senhora Juíza do Trabalho no município de Florianópolis e Imbituba, Ângela Konrath;

Excelentíssima senhora Juíza do Trabalho no município de Blumenau, Desireé Bollmann;

Excelentíssima senhora Juíza do Trabalho substituta, Janice Bastos;

Excelentíssima senhora Juíza do Trabalho de primeiro grau, da 5ª Vara de Florianópolis, doutora Rosana Basilone Leite.

Convido para fazer uso da palavra, em nome de todos os parlamentares desta Casa, o deputado doutor Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO - Boa noite senhor Presidente; boa noite senhor Ministro; boa noite senhores representantes de Poderes; doutor Mário representando a Fiesc; minha amiga deputada Luciane Carminatti; e as autoridades presentes.

É uma honra estar aqui e testemunhar esta sessão, que enaltece e premia algumas pessoas e entidades que se destacaram, através dos tempos, no combate ao trabalho infantil. Eu tenho certeza de que não são atitudes isoladas, mas um conjunto de ações que vêm sendo tomadas, especialmente pelo Tribunal Regional do Trabalho, que vem dando e colocando à frente toda a sua capacidade de envolver parceiros para que isso aconteça da melhor maneira possível.

Nos últimos anos, na legislatura passada, eu participei como presidente da Comissão de Proteção aos Direitos da Criança e Adolescente, e pude estar mais diretamente ligado ao tema. Mas eu sei que é uma batalha que não pode parar. A situação, não em Santa Catarina, mas em outros estados, é uma situação altamente preocupante, e que se dá por várias razões. Uma delas, a sempre maldita ou bendita economia, em que as organizações criminosas usam as crianças e as famílias para auferirem lucros, tirando destas crianças o direito de brincar, de sonhar e de viver em paz com suas famílias. *[Degravação: Northon Bousfield]*

E este é o legado que nós temos que levar em cada um de nós, em nossa cidadania, sobretudo as pessoas que detêm mandato, seja parlamentar, ou seja, à frente de alguma instituição, de nossas entidades. Eu tenho certeza de que o deputado que me sucede fará de tudo à frente da comissão de Proteção aos Direitos da Criança e Adolescente para continuar este belo trabalho em parceria com o Poder Judiciário, e também com os parceiros de sempre, para que possamos combater esta chaga que é o trabalho infantil.

Quero aqui deixar registrado, também, a minha preocupação com o assunto que foi tocado pela deputada Luciane Carminatti, e que é de extrema importância: a educação em tempo integral; não é sonhar, é lutar para que isso venha algum dia acontecer. Este é o sonho que eu tenho, é o sonho que muitas pessoas têm, e esta é a luta para que possamos deixar as crianças mais tempo na escola, sob a proteção do estado, a proteção de suas famílias, para evitarmos este problema que é o trabalho infantil.

Eu desejo a todos uma excelente sessão e que a mesma possa ficar na memória, não apenas como uma premiação, mas como um marco de luta, um marco de trabalho forte em favor da erradicação do trabalho infantil. Um abraço e uma boa sessão.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Dando continuidade, agradecemos também a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor Juiz do Trabalho do município de Joinville, Sílvio Rogério Scheineider;

Excelentíssima senhora Juíza da Vara da Infância e Juventude da comarca de São José, Ana Cristina Borba Alves;

Excelentíssima senhora Juíza do Trabalho da 3ª Vara de Chapecó e integrante do Comitê Gestor do Combate ao Trabalho Infantil do TRT de Santa Catarina, doutora Vera Marisa Vieira Ramos;

Excelentíssimo senhor Juiz do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, Nelson Leiria;

Excelentíssimo senhor Procurador do Trabalho, doutor Marcelo Goss Neves;

Excelentíssima senhora Procuradora de Justiça de Florianópolis, doutora Jaine Abdala Bandeira;

Excelentíssima senhora Lilian Sandin Boing, Secretária de Educação do município de São José, neste ato representando a

excelentíssima Prefeita do município de São José, Adeliana Dalponte;

Senhora Sandra Regina da Silva Coimbra, Diretora de Estado da Assistência Social, neste ato representando a excelentíssima Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Maria Elisa De Caro;

Senhor Daniel Heyse Tavares, assessor parlamentar, neste ato representando o gabinete do excelentíssimo senhor deputado estadual Fernando Krelling.

Neste momento, convido o mestre de cerimônias para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Senhoras e senhores, boa-noite!

Neste momento o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem ao Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil.

A presente sessão tem por objetivo chamar a atenção da comunidade para o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, bem como homenagear a rede de proteção, formada pelos diversos fóruns, programas, conselhos e coordenadorias, além de empresas e entidades vinculadas à causa.

Convidamos o excelentíssimo senhor deputado Rodrigo Minotto, juntamente com a excelentíssima senhora deputada Luciane Carminatti e os excelentíssimos deputados Sérgio Motta e doutor Vicente Caropreso para fazerem a entrega das homenagens.

Convidamos para receber homenagem em nome do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do Tribunal Superior do Trabalho, o excelentíssimo senhor Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Breno Medeiros.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber homenagem, em nome do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, a excelentíssima senhora Desembargadora Maria de Lourdes Leiria.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber homenagem, em nome do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do Tribunal Superior do Trabalho - TRT 12ª, a excelentíssima senhora Desembargadora Teresa Regina Cotosky e a excelentíssima senhora Juíza do Trabalho, Patrícia Pereira de Sant'anna.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas) [Degravação: Jéssica]

Convidamos para receber a homenagem, em nome do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina - Feti, e Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional - Focap, o excelentíssimo senhor Procurador do Trabalho Marcelo Goss Neves.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, em nome do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a excelentíssima Desembargadora Rosane Portella Wolff.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, em nome do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca/SC, o senhor coordenador Zeno Augusto Tressoldi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, em nome da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc, o senhor presidente Mario Cezar de Aguiar.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, em nome das Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - Celesc, a senhora Regina Schlickmann Luciano.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Parlamento catarinense fará a entrega de certificados a personalidades que atuam de modo efetivo na busca pela erradicação do trabalho infantil.

Convidamos para receber o certificado, excelentíssimo senhor Ministro Breno Medeiros.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a excelentíssima senhora Desembargadora Maria de Lourdes Leiria.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a excelentíssima senhora Desembargadora Rosane Portella Wolff.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a excelentíssima senhora Juíza do Trabalho Andrea Cristina de Souza Haus.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o excelentíssimo senhor Procurador do Trabalho Marcelo Goss Neves.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor Auditor Fiscal do Trabalho Alberto de Souza.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o reverendo Padre David Bruno Goedert, Pároco da Paróquia Nossa Senhora dos Campos, de Correia Pinto, e o Juiz do Tribunal Eclesiástico de Florianópolis.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor Nelson Matheus Hübner

Frederico, estudante universitário do curso de Engenharia Elétrica do Instituto Federal de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado os estudantes que participaram do concurso de desenhos "Criança não trabalha: Lugar de Criança é na Escola", premiados no município de São José - Ana Luiza Pauli, do Centro Educacional Municipal José Nitro; Nathali de Jesus, da Escola Básica Vereadora Albertina Krummel Maciel; e João Lucas Gomes de Sousa, do Centro Educacional São Luiz.

(Procede-se à entrega dos certificados.)

(Palmas) [Degravação: Roberto Machado]

Convidamos para receber os certificados os estudantes que participaram do Concurso de Desenhos "Criança Não Trabalha: Lugar de Criança é na Escola", premiados no município de Videira - Ana Clara Lucas, da Escola Municipal Criança do Futuro; Eliezer Farias Vieira, da Escola Municipal Gabriel Bogoni; e Sandra Mara Padilha, da Escola de Educação Básica Joaquim Amarante, neste ato representando os alunos dos demais municípios participantes.

(Procede-se à entrega dos certificados.)

(Palmas)

Agradecemos aos senhores deputados e a senhora deputada pela entrega das homenagens e certificados desta noite.

Também seria homenageada, na noite de hoje, a excelentíssima Ministra do Trabalho Superior, senhora Kátia Magalhães Arruda.

Esta sessão está sendo transmitida ao vivo e será reprisada durante a semana, acompanhe a programação.

Continuando a solenidade, teremos a apresentação da música do *Folclore do Congo Banahã*, pelo Coral "Vozes do Menino Jesus", sob a regência da maestrina Taciana Taffarel e acompanhamento do co-repetidor Eliseu Kaffer, e Rejane Botelho, professora da equipe do coral. Muito obrigado!

(Procede-se apresentação da música.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Agradecemos a apresentação do Coral Vozes do Menino Jesus, sob a regência da maestrina Taciana Taffarel e acompanhamento do co-repetidor Eliseu Kaffer e Rejane Botelho. Muito obrigado aos cantores e cantoras pelo brilhante espetáculo.

Convidamos para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o excelentíssimo Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, senhor Breno Medeiros.

O SR. BRENO MEDEIROS (Ministro do Tribunal Superior do Trabalho) - Excelentíssimo senhor deputado estadual, presidente desta sessão muito especial, deputado Rodrigo Minotto.

Estou aqui, nesta noite, na sessão especial da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para confessar uma realidade decorrente de situação muito particular minha. Eu sou Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, e há um ano e meio vim do Tribunal de Goiás, nasci em Curitiba e os

meus pais são catarinenses. A minha mãe nasceu em Jaraguá do Sul, o meu pai nasceu em Orleans, veio de uma família humilde, simples, enfim, uma família que sempre levou em consideração a educação. Mas naquele tempo, meu pai, que nasceu em 1934, já é falecido, sendo que em Orleans havia escolas que somente tinham o primário, então ele veio para Florianópolis estudar na Escola Industrial da nossa capital. *[Degravação: Taquígrafa Ana Maria]*

Hoje o nome é Instituto Federal Tecnológico, mas, na época, era Escola Industrial de Florianópolis, fundada em 1910. Pensando em ter uma profissão, aprender um ofício, pois naquela época os ofícios eram poucos, e o meu pai foi aprender serralheria. Estava escutando os discursos anteriores, e o importante é que todos falaram de escola integral, condição que já existia na época. Na realidade, era um internato que acolhia e alimentava as crianças vindas do interior para estudar e para aprender a serem cidadãos. Esta situação impulsionou o meu pai a ir para Curitiba estudar na escola técnica e também aprender outra profissão, que foi técnico em edificações, e depois foi trabalhar no Banco do Brasil.

É este o estudo, é esta a ideia passada para nós, seus filhos, de que criança deve estudar, criança tem que ser cuidada e tem que ser cuidada por nós, membros da sociedade. Esta campanha, este dia, serve para quê? Primordialmente, para a sensibilização daquele que está no seu veículo e encontra uma criança num farol, na sinaleira, como é chamado aqui. Então, olhamos e entregamos uma esmola, mas esta criança vai crescer e, daqui a cinco, 10 anos, não terá mais aquela comoção para receber uma esmola, e aí se tornará o quê?

A medicina está evoluindo com tendência para todos daqui a cinco, 10 anos, e a expectativa de vida é de 90 anos, mas qual é a expectativa de infância que temos? A infância não vai aumentar! A infância vai dos cinco aos 17 anos, quando se tem a formação, e esta é uma responsabilidade nossa como sociedade, como membros de um Poder. Temos aqui membros dos três Poderes, Executivo, Judiciário e Legislativo. As políticas públicas são importantes, e cabe ao Poder Judiciário fiscalizar a execução das políticas públicas, e cabe à sociedade se reunir, fazer uma sessão especial e conversar sobre o assunto com este coral de vozes, com estas crianças, com as pessoas que estão se irmanando para combater o trabalho infantil. Infelizmente, são 2,5 milhões de crianças ainda nesta situação aqui no nosso país, e isto nos traz vergonha, nos traz um alerta, e estas reuniões fazem com que estejamos atentos e pensemos que local de criança é na escola, de preferência na escola integral.

Obrigado por esta sessão, por esta homenagem e por este carinho que recebi aqui nesta bela Santa Catarina.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Obrigado, senhor Ministro!

Convido para fazer uso da palavra a organizadora do concurso de desenhos - "Criança não Trabalha: Lugar de Criança é na

Escola", excelentíssima Juíza do Trabalho, senhora Andréa Cristina de Souza Hauss.

(Palmas)

A SRA. JUÍZA ANDRÉA CRISTINA DE SOUZA HAUSS - Excelentíssimo 2º vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, deputado Rodrigo Minotto, em nome de quem cumprimento todas as autoridades presentes; senhoras e senhores, especialmente as crianças aqui presentes, hoje homenageadas.

Antes de iniciar a apresentação sobre o concurso de desenhos, cujas imagens estão expostas aqui nesta Casa, gostaria de cumprimentar e mencionar as instituições, entidades e empresas que atuam para erradicar o trabalho infantil e estimular a aprendizagem no nosso estado, que hoje estão representadas nesta solenidade.

Programa Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, mantido pelo Tribunal Superior do Trabalho; Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região; Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina - Fetin; Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional; Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc; Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Eu presidi a Amatra 12ª Região, no biênio de 2017 a 2019. Entreguei a presidência agora, no dia 31 de maio, ao Juiz do Trabalho José Carlos Kulzer. A Amatra 12ª é integrante do Comitê do Programa de Combate ao Trabalho Infantil que estimula a aprendizagem no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Nesta condição, nós criamos um concurso de desenho em âmbito estadual que teve como tema, "Criança não Trabalha: Lugar de Criança é na Escola", que aconteceu entre os alunos de escola pública de 3º e 4º ano, em 12 cidades de Santa Catarina. Iniciamos por São José, gestora Juíza Rosana Basilone; Joinville e Araquari, gestor Juiz Sílvio Schneider; Blumenau, gestora Juíza Desireé Bollmann; Brusque, gestor Juiz Hélio Romero; Criciúma, gestora Juíza Rafaella Ramos; Lages, gestora Juíza Patrícia Santana; Rio do Sul, gestora Juíza Julieta Malfussi; Videira, gestor Juiz Marcos Cabral; Xanxerê, gestor Juiz Alexandro Salcedo; Chapecó, gestora Juíza Vera Marisa Ramos e São Miguel do Oeste, gestor Juiz Oséas de Castro.

A ideia foi propagar o conhecimento acerca dos malefícios decorrentes do trabalho precoce, com a consequente quebra de paradigma sobre velhos jargões, pois muitas pessoas, por desconhecimento, ainda apoiam ou fecham os olhos ao trabalho infantil. Nós, na condição de cidadãos e também como integrantes do órgão de Poder Judiciário, temos a obrigação de derrubar determinados mitos, seja através de campanhas de esclarecimento, ou através de programas e atividades educativas. *[Degravação: Taquígrafa Elzamar]*

Os desenhos premiados, e também outros desenhos selecionados, estão disponíveis para utilização gratuita em campanhas do Programa de Combate ao Trabalho Infantil em âmbito estadual e nacional, bem como para outras atividades correlatas utilizadas por outras instituições que quiserem fazer uso. Mas, além deste material arrecadado, considero que o mais importante neste concurso foi à divulgação do conhecimento, o compartilhamento das informações, seja para os professores, quanto para as crianças.

Em cada cidade as crianças, no primeiro, segundo e terceiro lugar, receberam como prêmio uma bicicleta e uma caixa de lápis de cor com 60 cores, a professora do primeiro lugar ganhou um *tablet*, e a criança que ficou em primeiro lugar ganhou também uma bolsa de estudos de inglês. O resultado do concurso fala por si, a forma como as crianças absorveram o tema e refletiram nos desenhos é emocionante.

Desejo a todos uma maravilhosa experiência durante esta exposição, que estas lindas e profundas gravuras toquem seus corações e mentes, cooptando cada vez mais pessoas nesta incansável luta. Obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Eu quero, em nome do nosso presidente Júlio Garcia, fazer um agradecimento ao Ministro do TST - Tribunal Superior do Trabalho; cumprimentar também a todos os Magistrados e Magistradas aqui presentes, aos representantes da Procuradoria de Justiça do Trabalho, ao presidente da Fiesc e aos representantes dos outros Poderes do nosso estado de Santa Catarina. Mas, em especial, às crianças que foram aqui homenageadas no dia de hoje, e ao coral que participou deste belíssimo evento, pois para nós também é uma satisfação muito grande poder recebê-los aqui, na Casa do Povo catarinense.

Agradeço aos meus colegas e a minha colega deputada Luciane Carminatti, deputado Sergio Motta, deputado dr. Vicente Caropreso que está presente também, dizendo que para nós sempre é uma satisfação muito grande poder recebê-los aqui, e que de fato possamos combater o trabalho infantil.

Melhor, sem dúvida nenhuma, são estas crianças na escola e em uma escola efetivamente de tempo integral, onde realmente acreditamos que é pela educação que nós vamos fazer a transformação da vida das pessoas.

Diante disso, a Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que nos honram com seu comparecimento nesta noite, convidando-os para a mostra de desenhos infantis, "Criança não Trabalha: Lugar de Criança é na Escola", na galeria Ernesto Meyer Filho, no *hall* deste Poder.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência convoca outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. *[Degravação: Gabriel Michels]* *[Revisão: Taquígrafa Ana Maria]*.

A T O S D A M E S A

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 081-DL, de 2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 40 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
CONSTITUIU a Frente Parlamentar da Competitividade do Gás Natural, integrada pelos Senhores Deputados Luiz Fernando Vampiro, Marcos

Vieira, Ivan Naatz, Fernando Krelling, Mauro de Nadal, Jerry Comper, Ada De Luca, Coronel Mocellin, Fabiano da Luz, Romildo Titon, Valdir Cobalchini e Volnei Weber, a fim de acompanhar as políticas públicas do gás natural, os programas e projetos sobre o gás natural, bem como estimular o aumento do consumo de gás e competitividade no setor.
PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 11 de julho de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA**
Presidente

* * *

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

CPI

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhora Deputada [dirige-se à Deputada Marlene Fengler], muito boa tarde, igualmente o meu boa-tarde a todos os senhores Deputados, bem como às senhoras e aos senhores telespectadores da TVAL, às senhoras e aos senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc, e também a todas as pessoas que se fazem presentes neste ambiente.

Havendo quórum regimental, damos início a mais uma reunião da CPI da Ponte Hercílio Luz. Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 19ª (sic) Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Antes de convidarmos os depoentes, quero comunicar vossas excelências que recebi resposta do Ofício 072/2019, emitido no dia 24 de maio ao excelentíssimo senhor Ptolomeu Bittencourt Junior, Procurador-Geral da Assembleia Legislativa, com o intuito único de solicitar parecer sobre a obrigatoriedade ou não de prestar informações, antes do término da CPI, conforme solicitado nos ofícios recebidos, o de nº 231/2019, da Procuradoria-Geral de Justiça, que anexou o Ofício nº 192/2019, da 26ª Promotoria de Justiça da Capital.

Vou pedir à assessoria que distribua cópia do presente parecer, mas antes farei a leitura da conclusão. Diz sua excelência, o senhor Procurador-Geral da Alesc: "Considerando o princípio da publicidade que rege os trabalhos parlamentares, as prerrogativas institucionais do Ministério Público e, ainda, o direito previsto na Lei de Acesso à Informação, a Comissão Parlamentar de Inquérito deve atender à solicitação, salvo se decretar típica, estratégica e temporariamente sigilosa a informação, hipótese em que a resposta denegatória do pedido deverá ser devidamente justificada." (Cópia fiel.)

Então o senhor Procurador da Casa informa em parecer que não há óbice em concedermos os documentos ao Ministério Público, desde que se declararmos parte do todo sigiloso.

Eu pergunto ao senhor Relator: de toda a documentação que esta Comissão já recebeu, vossa excelência solicita que parte dela ou toda seja decretada sigilosa?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não há necessidade, Presidente. Não há nenhuma parte que seja sigilosa, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Então vamos noticiar o Ministério Público de que fica à disposição dele, porque é muito papel. Se eles precisarem tirar fotocópia, nós vamos ceder toda a documentação, e o que está em meio digital, nós vamos mandar por ofício, e o que está em papel, eles podem tirar fotocópia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Vossa excelência com a palavra ainda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu gostaria de fazer uma questão de ordem, mas antes da chamada dos depoentes. Não sei se o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deixe-me só terminar então.

Então peço à assessoria para distribuir cópia aos senhores Deputados e vamos fazer os ofícios ao Ministério Público, ao senhor Procurador-Geral de Justiça.

Com a palavra o Deputado Bruno Souza, para uma questão de ordem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente, antes de iniciarmos os trabalhos de hoje, eu quero fazer apenas duas explicações que acredito serem importantes para o trabalho.

Primeiramente gostaria muito de começar agradecendo toda a equipe técnica que tem trabalhado conosco aqui na CPI e tem feito um trabalho primoroso e com muito esforço. E também agradeço ao Presidente e ao Vice-Presidente, o Deputado João Amin, por terem construído, por terem possibilitado essa interação com os outros órgãos, porque o que nós estamos fazendo é um trabalho realmente muito minucioso, estamos fazendo uma verdadeira reconstrução de diversos fatos.

E com isso quero pedir um pouco da paciência de todos os Deputados, porque eu sei que, às vezes, o trabalho é um pouco exaustivo, mas isso tem uma importância na reconstrução histórica do que nós estamos fazendo. O tempo da ponte, infelizmente, é um tempo diferente do tempo dos homens, ao que parece, então algumas coisas que para nós, tipo dez anos, significam muita coisa, às vezes para uma obra como essa que levou quarenta anos, que está levando quarenta anos, é pouco tempo, sendo necessário, às vezes, fazer recapitulações mais antigas.

Então agradeço a paciência de todos os Deputados e todas as colaborações. Queria explicar apenas isso, que estamos realmente nos esforçando, porque cada parte é muito importante para o trabalho que a gente está fazendo. Desde já agradeço o Presidente, todos os Deputados que têm acompanhado a CPI e também a nossa equipe, que vem fazendo um trabalho realmente muito bom e diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados, hoje nós temos dois depoentes, o senhor Flávio Volpato e o senhor José Mauro Lopes Pereima.

Qual dos dois vossa excelência [pergunta ao Deputado Bruno Souza] deseja ouvir primeiro?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor José Mauro Lopes Pereima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Então convido o senhor José Mauro Lopes Pereima a se fazer presente e solicito que o senhor Flávio Volpato se dirija à sala da Coordenadoria das Comissões e aguarde ser convidado a vir depor.

Peço à assessoria que faça o devido encaminhamento, por gentileza, do senhor Flávio Volpato. *(O senhor Flávio Volpato se retira do recinto.)*

Senhor José Mauro Lopes Pereima...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pereima?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Pereima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pereima mesmo. O.k.

Senhor José Mauro...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente hoje, aqui, nesta reunião?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Sim, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Tem consciência, tem conhecimento, né?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Solicito a vossa senhoria que diga no microfone, para que os taquígrafos possam fazer o registro, o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço completo, por gentileza.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Meu nome é José Mauro Lopes Pereima, eu moro na Rua Felipe Schmidt, 1.210, no centro de Florianópolis, e sou engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Engenheiro civil.

A sua identidade. O senhor tem?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Tenho.

(O senhor José Mauro Lopes Pereima entrega a sua Carteira de Identidade ao Presidente, Deputado Marcos Vieira.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Peço à assessoria que tire fotocópia, frente e verso, da identidade, por gentileza.

O senhor jura dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Sim, juro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor também não é obrigado a responder à pergunta que lhe for feita.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Tá certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor se faz acompanhar de advogado?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Não, não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O.k. Então eu vou passar a palavra ao eminente Relator da CPI, o Deputado Bruno Souza, e após os questionamentos de sua excelência vou abrir a palavra aos demais Deputados.

Com a palavra o Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Boa tarde, senhor José, agradeço a sua presença.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu espero que a sua vivência e a sua experiência com a obra possa nos ajudar a trazer alguns esclarecimentos, e agradeço por ter vindo até esta CPI.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Se eu puder, eu estou à disposição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi requisitada a sua presença porque o senhor foi fiscal da conservação e manutenção da ponte em 1988, também solicitou a troca do gradil, por sugestão da Construtora Roca, na época, e participou de toda uma etapa na Ponte Hercílio Luz.

Eu quero começar perguntando para o senhor: o senhor ingressou no antigo DER, atual Deinfra, em 1980, com registro de aposentadoria do cargo de engenheiro civil em 2009. O senhor poderia discorrer sobre a sua trajetória no Deinfra, tais como cargos e funções que exerceu?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Sim, pois não.

Bom, primeiro quero fazer uma ressalva na sua colocação, porque o gradil não foi solicitado por mim, e sim pela Diretoria de Operações, à qual eu era subordinado.

Mas vamos ao meu histórico. Eu me formei em 79, ingressei nos quadros do DER, na Diretoria de Operações, primeiramente fui designado para a Engenharia de Tráfego, fui chefe da Polícia Rodoviária Estadual, posteriormente fui assessor do Diretor de Operações, e quando lá estava, a partir de... não me lembro da época, dado o lapso de tempo, fui designado para ser o fiscal da conservação da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Exerceu mais alguma função, cargo, nesse período?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Ah, sim, antes disso... Dado o lapso de tempo a gente vai esquecendo, eu fui assessor do vice-diretor-geral também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Do Deinfra?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Do Deinfra, não, do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Do DER.

O senhor poderia especificar qual foi o período da sua atuação como fiscal da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Eu não recordo, assim, precisamente os tempos, dado o lapso de tempo, né, mas foi na década de 80.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não recorda exatamente em qual período?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Não, não recordo o período.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Além de fiscal, o senhor atuou de alguma outra forma em outro período na ponte?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Não, só como fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Só como fiscal?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra se trabalhou em algum período na década de 90?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Não lembro, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não lembra?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Não lembro. Só se consultar o meu histórico, mas não lembro. Mas pode ser que sim, dado o lapso de tempo. Eu trabalhei um tempo considerável ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor começou fazendo uma ressalva e falando que não tinha pedido a troca de gradil, que tinha sido o diretor. Então a sua memória estava... O senhor lembra disso claramente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - É, a minha função específica era fiscalizar os serviços de conservação, verificar se era plausível fazer aquele tipo de serviço. Se o senhor me permite exemplificar um fato...

Por exemplo, a empresa contratada verificava que... deixa eu ver um exemplo aqui pra todo mundo entender. Passarela de pedestre. Então os dormentes da passarela estavam com problemas, estavam com estado avançado de degradação, e eu verificava se precisava trocar ou não. Então eu digo: ó, realmente precisa, então vamos elencar o serviço, os materiais. E isso tudo eu remetia ao diretor de Operações, que era o Nelson Picanço, já falecido, e ele autorizava ou não, né? *[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor diria que recorda bem do trabalho que fazia?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Recorda bem?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Bem... assim, no dia a dia, mas especificamente tudo eu não recordo, né, quase trinta anos, mas algumas coisas relevantes, sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim. Com quem trabalhou, com...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Com quem trabalhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - As empresas que passaram.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Ah, sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor poderia dizer se recorda do contrato firmado com a empresa Vivenda Construções e Incorporações?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não era da minha época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não era?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não, eu fiscalizei a Construtora Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Roca. Apenas a Roca?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Apenas a Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No ano de 1988 o senhor encaminhou um ofício ao senhor Flávio Volpato, diretor de Operações do DER na época, fazendo referência a uma proposta da empresa Makmetal, relativa à substituição do tabuleiro da Ponte Hercílio Luz, composto de chapas corrugadas por gradis metálicos. Em documento também assinado pelo senhor, é feita a referência ao custo dos materiais a serem empregados no serviço, à época 180 milhões de cruzados, equivalentes a R\$ 3,701 milhões, nos dias atuais, sendo que para a mão de obra foi prevista a utilização do pessoal locado pela Construtora Roca, que já executava o serviço de conservação na ponte.

O serviço de retirada do trecho de pavimentação, da pavimentação asfáltica e de substituição das chapas corrugadas por gradis metálicos foi realizado pela Roca?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Eu acho que foi. Não tenho certeza, mas eu acho que foi pela Construtora Roca, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi?

O senhor lembra dessa ocasião, desse ofício que o senhor encaminhou?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não lembro. Tanto é que eu te falei ainda há pouco que eu não tinha solicitado. Eu não me lembro desse ofício.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Esse é o ofício que o senhor faz menção justamente à substituição dos gradis. O senhor reconhece a sua assinatura? (*Mostra documento ao depoente.*)

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim, reconheço. Posso ler?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Claro.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - (*Passa a ler.*)

"Encaminho anexo, a pedido do Prof. Caspar E. Stemmer, da Assessoria Especial da S.T.O. proposta técnico-comercial da Firma Macmetal, ininteressada à Construtora Roca Ltda, a nosso pedido, para substituição do atual tabuleiro da Ponte Hercílio Luz composto chapas corrugadas por gradil metálico.

Esclareço, que dentro de outras vantagens, tal medida irá propiciar um alívio de carga permanente." (*Cópia fiel.*)

Agora lembrei. Sim, como eu relatei no início, a minha função era verificar da necessidade ou não de se fazer determinado tipo de serviço. Então, dentre outros, este, como eu citei o anterior, no caso da passarela, era relevante fazer isso. Por quê? Porque nós iríamos ter um alívio de carga considerável e seria um experimento para futuras trabalhos, e que a gente tava sempre em mente com o binômio da engenharia, que é segurança com economia. E como, como eu era fiscal e eu tinha que elencar fatos, né - não me recordava desse, confesso, dentre outros, devem ter havido outros que eu sugeri -, foi exatamente para que pudesse otimizar serviços e baratear custos e ver como é, se a gente chegaria num denominador pra restauração propriamente dita.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor se lembra qual foi o ano da realização desse serviço?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não lembro. Tem aí no ofício.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim. Não, o serviço da troca dos gradis.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Também não?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não. Deputado, faz quase trinta anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Está bem.

O senhor também não lembraria se os serviços foram executados na sua totalidade?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Parece que foi, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor sabe se acarretou em algum aumento no contrato firmado com a Roca, como a necessidade de contratação de mais trabalhadores, por exemplo?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não lembra?

A retirada da pavimentação asfáltica e a colocação dos gradis tinha por finalidade apenas aliviar o peso estrutural da Ponte Hercílio Luz ou existia alguma outra finalidade?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Como eu relatei anteriormente, na época, juntamente com o diretor de Operações, a gente ia conversando pra ver o que que seria, seria, aspas, "bom" pra ponte, né? Então, dentre outras, ver da possibilidade de esse gradil, que foi sugerido pelo professor Caspar Erich Stemmer, que seria bom pra que a gente pudesse otimizar serviços e baratear custos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso fazia parte de alguma nova concepção para a ponte, alguma nova técnica... O senhor lembra se isso fazia parte de algum contexto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - O contexto que se falava, assim, em termos técnicos, pelo pessoal da universidade, é que o gradil iria trazer pra ponte melhoras consideráveis em termos de alívio de carga, praticidade na execução e, principalmente, no fator econômico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E algum estudo foi contratado com a UFSC para realizar esse serviço?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Pra esse serviço propriamente dito, não me lembro, mas a UFSC foi contratada pra fazer uma análise da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra quem contratou, de quem partiu a iniciativa?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Se não me falha a memória, foi da direção-geral.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Da direção-geral do DER na época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - É, cujo diretor era o Telmo Mattar de Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor foi favorável e esse contrato à época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim, sim. A universidade nos trouxe, assim, vários subsídios técnicos importantes, dado, assim, o corpo técnico, que é de altíssimo gabarito, principalmente pelo grupo da Engenharia Mecânica, o Grante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor considera então que foi um serviço útil prestado pela...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Acho que foi, eles colaboraram substancialmente, tecnicamente, para elucidar uma série de fatos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

Em 9 de agosto de 89 o senhor enviou o ofício 107/89 ao senhor Flávio Volpato, diretor do DER à época, o qual continha uma análise feita pelo senhor sobre solução técnica apresentada pela UFSC para a recuperação da Ponte Hercílio Luz - essa recuperação que o senhor acabou de mencionar. O senhor apontou que a solução apresentada era inviável tecnicamente. O senhor escreveu "o trabalho apresentado é bastante superficial", e, ao final, concluiu dizendo "o projeto apresentado não passa de uma ideia a qual não pode ser avaliada por ter desconsiderado fatores de fundamental importância na restauração da Ponte Hercílio Luz".

O senhor quer ver o documento?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não precisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu fiquei um pouco confuso... o senhor considera que foi um bom trabalho, que não foi?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Assim, ó, a restauração... a restauração da ponte, né, é uma coisa muito complicada, então a universidade souou no sentido de trazer subsídios técnicos, mas a solução definitiva eu acho que deveria haver um estudo

mais aprofundado pra que se chegasse a um consenso técnico que fosse realmente plausível de ser exequível.

Então, o que a universidade apresentou, na minha modesta opinião, é que embora tenha sido relevante, tecnicamente boa, mas eu, particularmente, particularmente, não achei viável, à medida em que eu acho que, na época, né, eu achei que a gente precisava de um estudo mais aprofundado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É, o senhor fala que é bastante superficial o trabalho da universidade e inviável também, são as palavras que o senhor utiliza.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - É, é como eu disse, eles contribuíram muito, dada a sua capacidade técnica, mas, na minha modesta opinião, eu achei que o projeto deveria ser mais aprofundado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas, então, no que consistia essa solução proposta por eles, já que era inviável e superficial?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - É, eu, eu não me lembro, assim, assim, de todos os detalhes, né, mas eles queriam fazer substituição das barras de olhal com chapas, com (*ininteligível*), e eu acho que naquele trabalho de fazer, naquela época, ia trazer um custo muito elevado, embora seja bom. Mas eu, eu achava que seria uma solução melhor outra solução, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor considera que era inviável pelo custo?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Na época, eu, particularmente, achei que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E considerando que era uma solução inviável, e o senhor constatou isso, o que foi feito desse estudo, foi executado ou levado a cabo alguma coisa, de alguma maneira? Ou foi só...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Olha, pelo que eu me lembro, não, não foi levado a cabo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi descartado?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Considerando que a UFSC havia realizado alguns estudos anteriores também, na mesma linha de solução técnica para a recuperação da ponte, o senhor acha que essas contratações sucessivas se justificaram, técnica e economicamente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Eu acho que sim, porque tudo o que a gente venha a somar, como o termo diz, soma. Então, embora eu não concorde, o fulano não concorde, mas eu acho que tudo vem somar, né, e tudo que venha a somar é bom.

E eu vou lhe confessar, Deputado, quando eu entrei na ponte os meus conhecimentos técnicos eram escassos, e aprendi muito. Tanto que aprendi que desenvolvi uma tese de mestrado na Universidade Federal cuja minha tese foi a restauração da ponte, calcado nos conhecimentos que aprendi com o pessoal que trabalhava comigo, com os técnicos que conversei, em que fui aprendendo no dia a dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor considera que, mesmo sendo superficial e inviável, foi um bom... O senhor considera que essas contratações se justificavam técnica e economicamente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Reitero que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Se a UFSC já havia apresentado um estudo superficial inexecutável... Eu não entendo, se antes já tinha sido considerado por outros, na vez em que a UFSC esteve na ponte fazendo outros estudos, foi considerado também inexecutável, por que foi recontratado? Por que, novamente, teve esse estudo?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Ah, isso teria que perguntar pro diretor-geral do DER. Não sei. Não cabia a mim contratar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E ninguém se questionava sobre isso?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não, não cabia a mim. Eu era subordinado a um diretor de Operações, que era subordinado ao diretor-geral. Não, não cabia a mim, por uma questão hierárquica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tinha conhecimento dessa outra participação da Universidade Federal na Ponte Hercílio Luz à época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim, tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor também tinha conhecimento que o projeto não havia sido utilizado?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim, tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra se havia alguma pressão para a contratação desses estudos e projetos com a Universidade Federal?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Nenhuma pressão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não havia?...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não, o diálogo que existia entre a direção-geral e o meu diretor de Operações era um diálogo franco, aberto, pra, junto com a universidade, exatamente pra somar, como eu lhe disse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É que o senhor concorda que causa, para quem está de fora, causa um pouco de estranheza. O senhor... nós temos um contrato, que ele reincidentemente não resulta em nenhuma solução técnica exequível, e à época o órgão insistia em recontratar. E o senhor mesmo fez um documento falando que é inviável, que é superficial. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Pois é, Deputado, mas como eu lhe disse, eu era apenas um fiscal, né, e não cabia a mim decidir sobre contratações, sobre o que fazer ou não fazer. Cabia à direção-geral do DER, eu era um simples engenheiro fiscal, mais nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim. Mas com observações muito pertinentes, né? Que eram...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim. As observações, eu acho que até por uma questão, assim, de lealdade, eu podia externar opinião, mas não decisões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor defendeu a dissertação de mestrado em 27/11/2000.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Com o título Reintegração da Ponte Hercílio Luz ao Sistema Viário do Município de Florianópolis/SC: Uma Abordagem Visando a Qualidade do Ambiente Urbano.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No item 3.3 Estudos Técnicos Existentes, o senhor discorre sobre a proposta da Steinman, que substituíria as barras de olhais por cordoalhas de cabos de aço.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Descaracterizando o aspecto visual original.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A UFSC, por sua vez, apresentava uma proposta alternativa, reforçando a cadeia com a colocação de mais duas barras paralelas.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O que também descaracterizaria a Ponte Hercílio Luz. Ao final do item, o senhor conclui que (1) a vantagem econômica citada pela UFSC carece de amparo técnico, uma vez que - palavras do senhor - "está colocada de forma genérica"; e (2) as duas propostas não podem ser comparadas, uma vez que os parâmetros conceituais são diferentes; (3) o tombamento da Ponte Hercílio Luz conflita com as características incorporadas pelo projeto conceitual da Steinman.

O senhor cita que a proposta de solução da Steinman incluía "o reforço das fundações das torres principais, que consta da execução de oito tubulões periféricos por fundação, e sua integração com a estrutura existente, além de apoio provisório na fase de estabilização da ponte". O senhor poderia explicar melhor esse projeto da Steinman para a gente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - O projeto da Steinman eu não posso explicar, porque o projeto é deles. O que eu tenho de conhecimento é o que eles queriam fazer. Agora, tecnicamente, qual era o procedimento de engenharia, eu não sei, é com eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor escreveu um item sobre isso, né?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - É, eu fiz uma observação sobre o projeto conceitual deles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o que o senhor pode nos falar sobre esse projeto conceitual?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Esse projeto conceitual, como tava no meu relatório de mestrado, eu citei que ele ia desvirtuar um pouco da... da arquitetura da ponte e, na minha opinião, já que era a minha opinião, que era a minha teste, eu achava, como achei, que no projeto deveriam ser preservadas as características arquitetônicas da ponte, e tanto um como o outro talvez não chegasse a esse denominador. Por isso que fiz essa observação, mas aí era observação minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas então o senhor conhece bem o projeto conceitual da Steinman?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Bem, não. Eu conheço conceitualmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Conceitualmente bem?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - (Ri.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - (Ri.) Porque o senhor escreveu sobre isso em uma dissertação de mestrado.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não, mas o que eu quero dizer, Deputado, é o seguinte: num projeto de engenharia tem uma série de particularidades, né? Que eu não sei as particularidades do cálculo, as tensões, etc., etc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k., sim.

A estrutura das fundações, na opinião do senhor, das torres, representava algum risco?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Olha... eu vou dar a minha opinião baseado em um relatório que li do que foi feito numa inspeção quando eu tava lá. E parece que era projeto Lalus. Não lembro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Projeto?...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Lalus.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Lalus?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Acho que é isso. Não...

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Lalus, né? Larus, com r. E eles...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Desculpe, a plateia não pode se manifestar, por gentileza.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - E nesse, nesse, nesse... nesse Projeto Larus, que eles estiveram lá verificando, eu me lembro, embora vagamente, que eles relataram que, abre aspas, as pilstras parecem um queijo suíço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E a base das estruturas principais?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - A base das estruturas principais é as pilstras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, mas e...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - E as ancoragens.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - As ancoragens. Perfeito.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - As ancoragens, em termos, assim, visuais, pareciam que está... estarem bem preservadas, porém carecia de uma análise mais profunda, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra se havia manutenção nessa estrutura?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não havia. Tanto que nós começamos a fazer a manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Vocês começaram?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi na época do senhor?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim, na minha época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na conclusão da sua dissertação, o senhor cita que o governo federal havia alocado recursos para licitar projetos de engenharia para a recuperação da Ponte Hercílio Luz, por meio da Portaria 78/97, do Ministério da Cultura. O senhor acredita realmente que precisava de mais um projeto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Eu não lembro desse fato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não lembra da sua fala?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não, não lembro. Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k. Mas, na opinião do senhor, o senhor acredita que na época da sua dissertação era necessário, em 97, mais um projeto? Os projetos existentes e os conceitos existentes não eram suficientes?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - O senhor fala pra conservação ou pra restauração?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Para ambos.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Pra ambos. Eu acho que num caso de um projeto final de engenharia, sim, precisava contratar uma empresa que fosse... tivesse tradição, tivesse gabarito técnico, porque é uma obra ímpar e não é qualquer empresa que pode fazer. Tem que ser alguém que tenha habilidade técnica pra tanto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entre 1982 e 2000 o Estado de Santa Catarina contratou inúmeros projetos, estudos, propostas de soluções técnicas, entre outros instrumentos, objetivando a recuperação da Ponte Hercílio Luz com diversos agentes, tais como as empresas Usimec (82 até 87), Steinman (93), a UFSC (82, 89 e 97) e o Consórcio Sondotécnica-Ingérop (em 2000), através de convênio com o DNIT, sendo que nenhum deles obteve sucesso em restaurar a ponte, ao passo que a grande maioria sequer saiu do papel. Senhor Mauro...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual o motivo de o Estado contratar tantos estudos e projetos sucessivamente e não executá-los, não colocá-los em prática?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não sei. Você teria que perguntar isso pro diretor-geral ou pro Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não tem nenhuma opinião sobre isso?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não, não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor considera essas atitudes de contratar diversos projetos e não colocá-los em prática adequadas do ponto de vista econômico?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não cabe a mim avaliar isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra se havia recursos financeiros para reabilitação e restauração completa da ponte nas décadas de 80 e 90?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não, eu não sei. Eu não participava do setor financeiro do órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O que era comentado à época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em maio de 89 o senhor remeteu o Ofício 58/89 ao senhor Flávio Volpato, diretor de Operações, o qual solicitava providências a respeito de invasões nas áreas sob a Ponte Hercílio Luz e adjacências. Quais foram as providências tomadas pelo DER?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Eu solicitei a... providências do órgão porque estavam sendo instalados embaixo da ponte barracos, várias pessoas estavam ocupando, inclusive trazendo risco pra essas pessoas, porque o pessoal trabalhava e podia cair algum material em cima, e eu solicitei, já que não era da minha alçada, solicitei ao setor competente, que era a Diretoria de Operações, que tomasse providências. E não me recordo do que aconteceu, assim, propriamente dito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não lembra se foram tomadas providências?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Porque algumas casas ali... na verdade não eram nem barracos, o senhor lembra que eram casas de alvenaria?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim, as antigas, mas além das antigas e que estavam ali instaladas há tempo, várias pessoas estavam ocupando. Tinha até barraca embaixo da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pois então. Uma das atribuições do DER era zelar pela faixa de domínio das obras. Correto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por que essas invasões foram permitidas?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Eu não sou polícia. Eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas é atribuição do órgão ao qual o senhor fazia parte.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Tanto é que quando eu... aonde eu estava trabalhando que eu detectei que havia problemas, eu comuniquei a direção do DER pra que tomasse providências, mas eu não podia ir lá, não sou polícia, não tenho poder de polícia pra tirar as pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E como é que isso foi encaminhado dentro do DER? Ou o senhor só encaminhou um ofício e esqueceu o assunto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não, eu não esqueci. Eu encaminhei pra lá e não caberia a mim checar do meu chefe se ele tinha tomado providência ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Nos contratos firmados com a Construtora Roca ou com o Consórcio Rocatec, quais eram os serviços contratados? O senhor pode especificar para a gente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Eu vou te falar genericamente, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - A Construtora Roca tinha um contrato de conservação e manutenção da ponte. Então o contrato versava sobre materiais e mão de obra, né? Então, é... dada a complexidade da obra, à medida que a gente ia fazendo as inspeções de rotina, nós íamos... nós íamos detectando problemas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Hum, hum.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Então fomos ver um problema. Estamos lá na torre principal. Então o mestre de obra me chamava e dizia: "Mauro, aqui tem essa chapa que tá com problema. Dá pra tirar? Vamos ver, vamos só jatear? Vamos diminuir a sessão? Ou vamos rebitar? Vamos trocar? Não vamos?" Então nós íamos ali elencando prioridades pra que pudesse conservar a ponte - nós não estávamos restaurando, nós estávamos conservando. Então determinadas situações, por exemplo, com as correntes de barra de olhal, ninguém pode mexer. Então o que que a gente fazia? Então nós... Existe ali a corrente, o que temos que fazer? Vamos jatear isso aqui, vamos passar uma camada de zarcão por cima e depois vamos pintar. Então isso que nós íamos fazendo, nós íamos fazendo um trabalho paliativo pra não deixar que o problema se agravasse.

Tipo assim, eu sou um médico, o meu paciente tá com infecção generalizada, e eu vou dar um analgésico e um anti-inflamatório, mais do que isso não posso. Era algo mais ou menos assim, se me permite a analogia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entendi.

Nos contratos firmados pelo DER nos anos 90... 80, perdão, envolvendo a Ponte Hercílio Luz existiam quantitativos nos instrumentos contratuais, ou seja, eram especificados a quantidade de materiais e os serviços exatos que seriam realizados ou os contratos eram abertos e genéricos?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não. No contrato que eu fiscalizava, era... funcionava mais ou menos como eu relatei ainda há pouco. A empresa era contratada - aliás, quando eu comecei ela já estava lá -, então nós elencávamos serviços, dimensionávamos pessoal capacitado, então operário um, operário dois, mestre de obra, soldador, rebitor, etc., etc., pra trabalhar naquele evento que nós tínhamos elencado. E a partir dali, então, executávamos o serviço. [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas existiam quantitativos ou o senhor considera que eram mais abertos os contratos?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não, os quanti... os quantitativos de material ou de contrato?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - De contrato. Os instrumentos contratuais mesmo.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não... Aí, o, o, o, o contrato era... foi licitado pelo DER. Eu não me lembro qual eram os quantitativos que preconizavam o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor lembra se havia, ou era aberto, ou era algo mais genérico?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não lembro... Eu, eu... se não me falha a memória tinha um valor específico, tinha um teto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tinha o valor total do contrato?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Um teto, né, um teto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas não existiam os quantitativos específicos por serviço, por hora?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não, não. Um teto do serviço tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entendi. Então era mais aberto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim, mais assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Era mais aberto. A ponte sofreu sua primeira interdição em 82 e a interdição absoluta em 91. As ações de manutenção da ponte não eram efetivas?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Como assim, efetivas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Porque... porque elas foram... porque ela foi... A ponte teve a sua primeira interdição em 82 e aí até em 91, bom, teve ações de manutenção e foi fechada de vez em 91. Essas ações não resultaram em nada que... a tal ponto que foi necessário o próprio fechamento da ponte?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Olha, não era da minha época, mas, pelo que me consta, essa, essa rotina de inspeção da ponte foi o que levou ao fechamento, porque na época se... foi o Governador Jorge Bornhausen que fechou, né? E, e, foi exatamente porque nessas inspeções de rotina verificaram que existam problemas e contrataram o IPT, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, de São Paulo, para fazer uma vistoria. E o que levou ao fechamento da ponte, se não me falha a memória, abre aspas, relatório do IPT: "Existe risco de colapso iminente da ponte sob peso próprio", fecha aspas. E aí, então, que o Governador decidiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E as manutenções, então, elas não serviram para reduzir esse risco iminente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Como eu te disse, como eu lhe disse, as manutenções vinham sendo feitas, não era do meu tempo, a partir dali se intensificou para não deixar que o problema se agravasse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como funcionava a fiscalização e a supervisão dos contratos relativos à Ponte Hercílio Luz na sua época? O senhor lembra? Pode nos explicar?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - À, vamos ver o que eu lembro. O contrato que eu fiscalizava, eu elencava os serviços, fazia um relatório semanal de todos os materiais que eu utilizava, até número de parafuso, de rebite, material empregado, número de pessoas que trabalhavam. E esse relatório, como eu lhe disse semanal, era enviado ao diretor de Operações, que checava as informações e encaminhava ao setor competente, competente do DER para registro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

O senhor lembra quais eram as condições dos aparelhos de apoio das torres principais, os pilones, nessa época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Bom, aparelho de apoio é uma coisa, esses pilões...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - ...que eu acho que o senhor quer falar é a fundação. É isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Exato.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Os aparelhos de apoio que tinham da ponte são... que existiam, nós até trocamos, estavam todos com problemas sérios e emperrados. Isso daí tava levando a um problema sério de estabilidade da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor considera que... a condição, obviamente, então o senhor pode dizer isso categoricamente, não era logicamente adequada para...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não. Aliás, a ponte como um todo tava... está ainda, né? Bom, agora não, né, mas na época que eu estava tava seriamente comprometida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E para essas estruturas, os pilones, a empresa Roca prestou algum tipo de manutenção ou recuperação?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Pilões? Eu não tô... definindo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os pilones, as bases que...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Que tá dentro da água?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Que está dentro da água?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Que a gente chama de pilastra então. Não, isso aí não foi feito nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em relação ao vão central, pênsl, alguma manutenção era realizada na sua época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim, nas... as cordoalhas que apoiavam as treliças, que é aquela estrutura que tem no meio, elas estavam com problemas. Então nós íamos restaurando naquilo que dava, porque a gente não podia trocar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Hum, hum.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Então, jateávamos, fazia um reforço aqui, outro acolá, mas nada que mexesse na estrutura, porque não dava, porque se mexer naquilo ali derruba a ponte. Então nós vínhamos colocando, aspas, "um *band-aid*", né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E existem documentos que comprovem essa manutenção ou inspeção?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Como eu lhe disse, o meu relatório era semanal, o que comprova isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E ele abordava bem essa situação?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É porque o que me... o problema, o nosso problema em relação a isso, e eu lhe fiz essa pergunta, é porque os relatórios apresentados pelo Deinfra são muito sintéticos...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Pelo DER, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perdão, pelo DER, eram muito sintéticos, eles não apresentavam quantidades. Por exemplo, os relatórios que o senhor menciona, localização... Então, existem alguns documentos além disso? Porque os documentos que o senhor está mencionando, eles apresentaram para a gente esse problema, eles são muito sintéticos. Eles não têm nem quantidade, nem localização de onde eram efetuadas as manutenções?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não. No meu relatório, é como eu lhe disse, nós elencávamos os serviços, né, quais os materiais empregados e as pessoas, os operários que nele trabalhavam. Mas, dada a gama de serviço, não tem específico - ó, hoje nós trabalhamos em tal local, ontem naquele, amanhã naquele outro - não tem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então a gente não tem como saber onde foi feito aquele trabalho?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não tem. O que tem como saber, na minha época, por exemplo, eu restaurei todo o viaduto de acesso do Continente, eu pinteí as duas torres, eu restaurei parte do viaduto de acesso da Ilha, eu restaurei quase todas as correntes de barra de olhal. Então, são algo, algo físico e palpável da época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

O senhor fez também parte da comissão do Deinfra que acompanhou o contrato firmado, DER na época, no ano de 82 com a Usimec?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Eu fiz parte da comissão, só.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra desse contrato?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O que de fato... Bom, então o senhor também não deve lembrar o que foi, de fato, executado. Eu imagino...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não, não lembro, porque eu só era um membro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k.

Senhor José, nós vamos agora lhe mostrar dois documentos, instrumentos contratuais, um do ano de 91 e o outro de 94, em que consta uma assinatura que parece ser de alguém chamado José. O senhor reconhece... - eu vou lhe mostrar agora o documento - o senhor poderia dizer se reconhece essa assinatura?

(Mostra os documentos para o depoente, que os analisa.)

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Qual delas? Essa aqui?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Onde tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Essa assinatura aqui? *(Aponta para o documento, mostrando ao depoente.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Exatamente.

(O senhor depoente analisa o documento.)

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - José, sim, mas o outro não dá de saber.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor reconhece o José?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não conheço. Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra de algum outro José que fazia parte, colega seu, no mesmo órgão?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Tinha vários Josés lá, mas não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Algum com autonomia para assinar?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não lembro. Teve... não sei se é José Gaio, que foi diretor-geral.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - José?...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Gaio. Não sei se é José, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não reconhece?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Bom, o senhor também falou muito da capacidade técnica de algumas empresas, o senhor fez um mestrado também sobre a Ponte Hercílio Luz. E, agora, eu gostaria de fazer uma pergunta justamente baseada na sua experiência na Ponte Hercílio Luz, no seu mestrado, em toda a sua vivência na obra, e tudo o que o senhor aprendeu durante esse tempo: o senhor considera que as empresas que vieram, após o seu, o seu período, elas tinham... e que se propuseram a fazer a restauração efetiva da Ponte Hercílio Luz, o senhor considera que elas tinham capacidade técnica para realizar os trabalhos para os quais elas se propuseram?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Por uma questão de ordem ética, eu digo que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor gostaria de acrescentar mais alguma informação que possa ajudar esta Comissão Parlamentar?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Mas... não tenho nada a acrescentar, mas me coloco sempre à disposição pra quantas vezes forem necessárias vir aqui e prestar esclarecimentos e ajudar no que for possível, que é meu interesse também que esta obra venha a cabo e que se a gente chegue a um denominador e que se saiba por onde andamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu só vou fazer uma última pergunta. O senhor citou o senhor José Acélmo Gaio, é isso?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - É, que você me perguntou do José...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, sim, só para saber se esse era o José.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - É esse mesmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tá certo. Muito obrigado.

Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados, neste momento abro a palavra aos demais Deputados: Deputado Jessé Lopes, Deputada Marlene, Deputado Fernando, Deputada Luciane, Deputado Jerry. *(Os Deputados citados declinaram usar da palavra.)*

Deputado Bruno, eu vou fazer a pergunta direta ao senhor José Mauro Lopes Pereira. O senhor foi funcionário do DER e fiscal da ponte em qual período?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Ah, eu não sei lhe precisar datas, mas eu fui... Qual é a pergunta mesmo? O tempo que eu fui fiscal ou que eu fui?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Fiscal da ponte.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Eu não sei lhe precisar datas, mas foi na década de 80 até meados de 90.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Na década de 80. Isso faz mais ou menos quase quarenta anos, trinta para quarenta anos.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Trinta a quarenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - É claro que a tecnologia naquela época não existia como existe hoje. O senhor sabia da forma de pagamento que o DER fazia para as empresas, se era ordem bancária, se era em cheque ou se era em espécie?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Sinceramente, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não sabe?

As empresas pagavam para os seus empregados em dinheiro vivo em envelope a cada final de semana ou era depósito em banco?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Eu não me recordo, mas... não quero afirmar isso, mas eu acho que era em cheque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Em cheque.

O senhor, enquanto fiscal da ponte, de período em período ou de semana em semana emitia um relatório de tudo o que a empresa contratada de manutenção fazia lá na ponte. O senhor encaminhava esse relatório para quem?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Precisamente ao diretor de Operações, engenheiro Nelson Giorno Picanço, já falecido. *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Já falecido. A pergunta que eu quero fazer ao senhor em seguida é a seguinte: a Diretoria de Operações fazia a verificação e mandava depois para o financeiro. Havia algum contato do senhor com o financeiro para saber se efetivamente tudo aquilo que havia sido realizado estava sendo pago?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor, depois que remetia o relatório à direção de Operações, não tomava conhecimento de mais nada?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Findava o meu, meu, meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Absolutamente nada?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Dou-me por satisfeito nas minhas perguntas.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a perguntar para o senhor José Mauro Lopes Pereira, faço a dispensa do mesmo. Agradeço a sua participação no dia de hoje... a não ser que o senhor tenha alguma coisa a acrescentar.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Então o senhor está dispensado. Agradecemos a sua presença, muito obrigado por estar hoje aqui.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Senhores Deputados, senhora Deputada, foi um prazer estar aqui, contem sempre comigo e é uma honra estar aqui. E... se, se de alguma forma eu ajudei, fico satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Até logo e boa noite a todos. *(O senhor José Mauro Lopes Pereira retira-se do recinto.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Solicito à assessoria que encaminhe a esta sala o próximo depoente, o senhor Flávio Volpato, por gentileza. *(Pausa.)*

(O senhor Flávio Volpato adentra o recinto.)

Senhor Flávio, por gentileza, sente-se aqui à minha direita.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor pode se aproximar um pouco mais da mesa e, sempre que falar, fale bem perto do microfone para que fique bem...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Já foi tirada a fotocópia da sua identidade. O senhor é o senhor Flávio Volpato, é isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Para fins de registro na ata, as taquígrafas estão a postos, solicito que o senhor diga o seu nome completo, a sua idade, a sua profissão e o seu endereço completo.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - ã... Meu nome é Flávio Volpato, ã... eu tenho 68 anos, nasci no dia 2 de novembro de 1950, sou engenheiro civil, funcionário da ativa do Depart... do Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O endereço do senhor?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - ã... Residencial: Rua Álvaro Ramos, número 384, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88036-030.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor falou que é engenheiro do Deinfra.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Civil do Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor ainda está na atividade?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Estou na atividade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Está na atividade.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - ... há 42 anos no Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Então é funcionário ativo do Deinfra?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor sempre foi funcionário do DER e Deinfra?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - No Estado?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Fez 42 anos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Quarenta e dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - DER/Deinfra?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Toda a minha atividade profissional foi exercida dentro do DER/Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor sabe por que motivo está aqui?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Ah...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Por que foi convocado para vir aqui no ofício que o senhor leu?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Eu no... pelo ofício que eu li se trata da... de algo... de assunto sobre a Ponte Hercílio Luz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Ponte Hercílio Luz. Ok.

O senhor jura dizer a verdade e somente a verdade no dia de hoje, nesta reunião?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Juro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor também não é obrigado a responder a todas as perguntas.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - A pergunta que o senhor entender que não deva responder, o senhor pode ficar em silêncio. O senhor trouxe advogado?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não.

Então vou passar a palavra ao Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Boa tarde, senhor Flávio.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Muito obrigado por colaborar com esta Comissão. Espero que a sua vivência na Ponte Hercílio Luz possa nos ajudar a esclarecer alguns fatos.

O motivo da sua requisição é porque o senhor ocupou o cargo de engenheiro no Deinfra desde 1º de março de 1977, e o senhor acompanhou, claro, fatos referentes à Ponte Hercílio Luz. Por isso que nós fizemos esse convite ao senhor para que pudesse vir e nos ajudar a esclarecer alguns fatos.

O senhor poderia determinar o seu período de atuação como diretor de Operações no DER de Santa Catarina?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - À... precisamente... por mês, não. Mas foi de 1988 até 1991, meados, dois anos e meio, aproximadamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor ocupou outros cargos de gerência ou direção?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Eu ocupei... anterior a isso eu trabalhei no interior, trabalhei em Lages, em São Miguel do Oeste, Tubarão, como coordenador dentro da estrutura existente naquela época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E em relação à Ponte Hercílio Luz, qual foi a sua atuação, direta ou indiretamente?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - A minha atuação na Ponte Hercílio Luz foi muito pequena. A única participação que eu tive... porque a Ponte Hercílio Luz, à... eu, como diretor de Operações naquele período, a... eu... ele era subordinado à Diretoria de Operações, mas existia uma... uma comissão... existia uma comissão lá que era o fiscal, o fiscal que acompanhava no dia a dia, fazia as medições, fazia tudo. Então a minha participação foi muito, foi muito pequena.

Durante toda a minha vida do Deinfra, somente eu... nesse período, por subordinação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor... As deliberações, quem aprovava, quem não aprovava, eram?....

O SR. FLÁVIO VOLPATO - As deliberações aprovadas eram pelo... pelo Conselho, pelo Conselho do Deinfra, né? Então eu, como diretor de Operações, fazia parte do Conselho, o Conselho... a... determinava isso daí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor me permite: mas na época ainda não existia o Deinfra, né, era DER?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - DER...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, na época, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Ele está se referindo ao DER...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - DER mesmo.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - DER, exatamente. Mas DER também existia o Conselho Administrativo do DER também, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

Então o senhor não considera que tinha uma participação ativa nas deliberações?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, nas delibera... participava como diretor, nas deliberações participava também. Mas, especificamente, assim, decisões unilaterais, isso aí não, não acontecia. Não acontecia, ã, havia um acompanhamento como subordinado.

Na época o diretor de Operações ele era mais afeto e mais dedicado à conservação rodoviária, porque nós fazíamos a conservação das rodovias estaduais, tudo por administração direta. Então, o volume de trabalho era muito grande, principalmente dedicado pra aquela faixa de serviço de conservação rodoviária.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entre os anos de 82 e 87 a empresa Usimec executou contrato de recuperação da Ponte Hercílio Luz. O senhor participou do acompanhamento desse contrato?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - 82 a 87?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Exato.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não. Em 87 eu estava... a... eu saí de São Miguel do Oeste e fui pra Tubarão nesse período. Eu comecei a trabalhar na sede do Deinfra em 1988.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ao longo dessa década de 80 e também a década de 90, vários contratos de manutenção foram firmados - e a maioria deles - com a empresa Roca. Como eram estimados os quantitativos desses contratos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não sei te dizer porque a... Os quantitativos, os quantitativos ele eram... estipulados por... existia uma Comissão de Licitação e a presidência, a... não sei, não sei quem, determinava as quantidades a serem a... quantificadas e orçadas pra licitação. Eu nunca participei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor nunca participou da composição de nenhum contrato?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor assinava também?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Contrato, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os contratos com essas empresas, o senhor lembra se eram para fornecimento de mão de obra e material?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Ah, o contrato da empresa Roca, que fazia a manutenção rotineira, fazia com muita frequência, ela, à... incumbia... quer dizer, ela existia a parte de material e a parte de mão de obra, no mesmo contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor lembra quais eram os serviços de conservação e manutenção que foram contratados com a Roca?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Ah, os serviços de manutenção eram... altera... as... à... vamos dizer... as substituições da parte metálica aonde havia necessidade e a corrosão se apresentava de uma forma mais acentuada, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E ela realizou alguma intervenção nas barras de olhais?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, nas barras de olhais, não. Isso aí é um serviço muito melindroso e até hoje ninguém conseguiu mexer naquilo lá. Essa ponte que tá sendo feita ela foi sustentada exatamente por causa daquilo. Inclusive na época a Universidade Federal de Santa Catarina fez um estudo com o, o Reitor Caspar Erich Stemmer fez um estudo tentando a, a elaborar um projeto que pudesse fazer esse tipo de atividade, mas não foi realizado nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor, como diretor de Operações, acredito que pode nos dizer se recorda do contrato firmado com a empresa Vivenda Construções e Incorporações. [Transcrição: Rafael de Souza Milke / Leitura: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Eu me recorde, eu me recorde desse nome, Vivenda. Foi uma licitação, foi uma licitação... eu não sei te dizer exatamente o ano, mas uma licitação em que a empresa Roca participou, a empresa Vivenda participou, a empresa Vivenda apresentou um preço a... muito mais baixo do que o existente, do que o da outra empresa, e naquela época a licitação ficou meio que indecisa. Ficou indecisa por causa que essa empresa ela não... Durante a licitação ela apresentou toda a documentação e a comissão de análise da documentação achou que tava tudo o.k.

E um fato superveniente que veio posterior a... sobre um... atestado de conservação de uma ponte lá na região de Criciúma, a... foi constatado que ela não tinha executado e... então o Conselho do Deinfra resolveu, na época, a... que foi também uma falha instruída pelo advogado do Deinfra, que anulou a licitação. Anulou aquela licitação e não deveria ter sido anulada.

Eu, como engenheiro, não posso te afirmar isso, isso daí, porque é um termo jurídico, então... Depois nós ficamos sabendo que anular seria por uma falha mais grave, alguma irregularidade na, na licitação e o correto seria revogar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então a empresa apresentou uma documentação falsa nesse caso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Isso foi constatado a posteriori lá, que ela apresentou uma, um atestado sobre a Ponte Mãe Luzia, alguma coisa assim. Mas eu não tenho bem certeza qual é o nome do rio lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o contrato? Ele foi rescindido?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, esse contrato ele foi firmado, ele não... Inicialmente pela administração foi anulado. Então, a empresa entrou na Justiça, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Entrou na Justiça e a Justiça determinou que fosse contratado isso *a posteriori*, mais tarde, fosse contratado e ela realmente foi contratada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas eu me refiro ao final dele. E ao final? Ele foi rescindido? O senhor lembra?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Depois dessa época se ele... Essa parte aí já é... Foi após a minha saída já da Diretoria de Operações. Tanto a parte de contratação e a parte de execução e a rescisão posterior, eu fiquei sabendo, ouvi que ela... Que foi rescindido por ela ter apresentado documentação de recolhimento de INSS falsa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entendi.

O senhor lembra do trabalho executado pela empresa?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, não foi na minha época. Eu já trabalhava noutro setor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não sabe me dizer se ele foi totalmente executado, se...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não sabe...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Eu, de 1900, de 1991 até hoje, eu sempre trabalhei num outro setor do Deinfra, que foi a parte de financiamentos internacionais. Então todos os programas, nós temos sete programas, desde o... O DER/Deinfra tem, desde 1980, o Estado de Santa Catarina, contratos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para execução e reabilitação de rodovias.

Então eu gerencio desde aquela época, há 28 anos mais ou menos, eu gerencio esse tipo de atividade dentro do DER/Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em 1988 o senhor recebeu ofício do senhor José Mauro Lopes Pereira, fiscal de conservação e restauração da Ponte Hercílio Luz à época, fazendo referência a uma proposta da empresa Macmetal, relativa à substituição do tabuleiro da Ponte Hercílio Luz, composto de chapas corrugadas por gradil metálico.

Em documento encaminhado anexo ao ofício é feita a referência ao custo dos materiais a serem empregados no serviço, 180 milhões de cruzados à época, R\$ 3.700 milhões hoje em dia, sendo que para a mão de obra foi prevista a utilização do pessoal alocado pela Construtora Roca, que já executava os serviços de conservação da ponte. Os serviços de retirada de trecho da pavimentação asfáltica e de substituição das chapas corrugadas por gradis metálicos, foram realizados pela Roca?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu vou mostrar o documento para o senhor, no qual o senhor é o destinatário do documento. *(Mostra documento ao depoente, que o analisa.)*

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Tá, mas eu... Eu não... Isso aqui não é decisão unilateral de um diretor. Ele mandou o documento pra ser encaminhado pra, pro... Pro Conselho Administrativo, pras decisões da Secretaria, de quem for, porque isso aqui é um valor significativo e uma decisão... É uma decisão que não é unilateral. Eu não sei aqui... Eu não autorizei.

(O senhor depoente analisa detidamente o documento.)

Ó, foi a Secretaria de Transportes. Eu encaminhei à Secretaria de Transportes para o Secretário tomar decisões, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então quem tomou essa decisão, provavelmente, foi o Secretário, então?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor encaminhou para isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não sei... Foi encaminhado pras autoridades superiores definirem, como é natural em todo processo. Nenhum diretor toma... toma atitude...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem seria à época?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Quem seria? Ah, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual seria o cargo, então, acima do senhor à época?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Presidente... Ou diretor, ou presidente, não sei como é que... Isso aí variou bastante, né, ou diretor ou presidente e o Secretário, quem tinha o poder de decisões *(ininteligível)*...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Algum estudo na época foi contratado com a UFSC para a realização desse serviço?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - ã... Dentro da... Eu sei que a direto...ã... O Deinfra, o DER da época, a Secretaria, não sei se foi através de convênio, através... Mas foi feito lá num outra instância superior, pra que o... a engenharia mecânica do Dein... do, do, da UFSC fosse elaborar esse trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O que é outra instância superior?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Instância superior...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Alguém?...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - ...da minha, no caso o Secretário, o diretor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ah! Então esse contrato não passou pelo senhor?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É isso o que o senhor está falando?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - É, exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi um contrato feito entre, provavelmente, o Secretário...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - É. Ou do governo, direto do governo, de Secretária, não sei, então... Isso aí era tratado num outro nível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Veio de um nível que não era o nível que tratava diretamente com a Ponte Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - É, exata... exatamente, porque não passava... Não passou pela diretoria, nada disso daí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não passou por ninguém que trabalhava diretamente na Ponte Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então veio de cima, segundo o seu relato.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - É, foi a... Foi através de alguma entidade superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não lembra quem poderia ter realizado essa contratação?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Considerando que a UFSC já havia feito, realizado alguns estudos anteriores na mesma linha de solução técnica para a recuperação da ponte, o senhor acha que essa contratação... Essas contratações sucessivas se justificam técnica e economicamente? Qual a sua opinião?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - A minha opinião é que a... a Ponte Hercílio Luz sempre necessitou de conservação, sempre! Ela corria risco de cair, então tinha essa necessidade de se fazer a manutenção. Agora, quanto à restauração, reabilitação dela, dando a... toda a garantia de sustentação, aí eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas em relação aos estudos da UFSC, o senhor considera que eles eram... Que eles se justificaram técnica e economicamente?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não sei, eu não participei disso daí, não sei nem o que foi feito, o que que foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor era diretor na época.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, eu era diretor, mas, como eu te falei, não passava nessa instância, era alguma coisa acima.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tem alguma opinião sobre esses contratos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não. Não tenho, até nem sei se tem contrato, nem... nunca fiquei sabendo se tinha contrato com a UFSC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não sabia se tinha?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não. Eu sabia... eu sabia que existia uma participação da UFSC trabalhando na ponte, mas da forma

como era, se era remunerado, se não era remunerado, eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É, porque o senhor acabou de falar que sabia da existência de um convênio com a UFSC.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - É, se era convênio, se era remunerado ou não, eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entendi.

Em 9 de agosto de 89 o senhor José Mauro Lopes Pereira enviou o Ofício 107/89, destinado ao senhor, o qual continha análise sobre a solução técnica apresentada pela UFSC para a recuperação da Ponte Hercílio Luz. Foi apontado que a solução apresentada era inviável tecnicamente. Constava no ofício que o trabalho apresentado é bastante superficial, e ao final conclui-se dizendo, abre aspas, “o projeto apresentado não passa de uma ideia a qual não pode ser avaliada por ter desconsiderado fatores de fundamental importância na restauração da Ponte Hercílio Luz”. O senhor falou que não lembrava, mas o senhor recebeu e assinou esse ofício.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - É... é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor gostaria de ver esse documento que o senhor?...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor sabe me dizer em que consistia essa solução proposta ao qual o técnico se refere aqui?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor, então, apesar de ter sido o destinatário...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, eu não, eu não tô, eu não to mais lembrado lá, mas eu não, não entrei, não, não... Não entrei aprofundada, até porque eu não sou especialista em ponte metálica. Então... Eu sou engenheiro, mas não sou... Eu sou engenheiro de estradas, não sou engenheiro de ponte metálica. Então, eu não sei detalhamentos, segurança, essa parte se é a solução... Isso daí é um encaminhamento de praxe, que depois disso daí tem que ser encaminhando pra uma comissão, pros especialistas avalia, avaliarem o resultado desse trabalho. Então, eu não sei realmente nada disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor sabe da existência do contrato, né?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como recebeu...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não. Nem do contrato, nem do contrato... Eu não sei, eu não sei nem do contrato. Eu sei esse documento agora... que vossa excelência apresentou agora encaminhando o documento, mas eu não sei se eles apresentaram um volume...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não sabe se eles apresentaram ou o que foi feito desse estudo? Se foi levado a cabo alguma sugestão?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em 17 de março de 93 foi assinado o Contrato PJ 01/93 com a empresa Steinman, que tinha como objeto serviços de avaliação estrutural e concepção de projeto conceitual de recuperação da Ponte Hercílio Luz, e seu valor inicial era de 739 mil dólares. O senhor lembra dessa contratação?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, isso aí já foi posterior à minha participação lá na Ponte Hercílio Luz. Em 93 eu já era coordenador desses â... nesses contratos de financiamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No final dos anos de 1990 iniciou um movimento no Estado de buscar uma contratação de um novo projeto, em nível nacional, que resultou na contratação, através de convênio DNER, hoje DNIT, da Sondotécnica Engenharia (Consórcio Sondotécnica-Ingérop), no ano 2000. O senhor lembra dessa contratação? [Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entre 1982 e 2000 o Estado de Santa Catarina contratou inúmeros projetos, inúmeros, estudos, propostas de soluções técnicas, entre outros instrumentos, objetivando a recuperação da Ponte Hercílio Luz, com diversos agentes, tais como a Usimec, a Steinman, a UFSC, três vezes,

e o Consórcio Sondotécnica-Ingérop, em 2000, através do consórcio com o DNIT, sendo que nenhum deles obteve sucesso em restaurar a ponte, ao passo que a grande maioria sequer saiu do papel.

Senhor Flávio, qual o motivo de o Estado contratar tantos estudos e projetos, sucessivamente, e não executá-los, não colocá-los em prática?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não sei. Nessa época eu não tenho conhecimento de nenhum desses fatos aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor tem 42 anos de órgão, o senhor deve ter uma opinião.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Tem... tenho, mas eu tenho opinião... mas a minha opinião é... é uma opinião de leigo perante...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não, mas o senhor não é leigo, o senhor não é leigo, imagina...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Perante...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor está longe de ser...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Perante a Ponte Hercílio Luz, eu sou um leigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas nós gostaríamos de ouvir a sua opinião, o senhor tem alguma opinião sobre isso, poderia nos formular alguma opinião?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor considera adequado do ponto de vista econômico essa prática?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, de jeito nenhum. Sempre como técnico, como técnico eu sempre a, a... rebati e acho que não tem. Isso aí são situações políticas que se colocam e resulta em... nesse tipo de ação. Tecnicamente, nenhum técnico... ele, ele vai, sem o aval político, fazer alguma coisa dessa forma aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então, tem natureza política esses contratos? O senhor acredita?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Eu acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Porque tecnicamente...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não tem justificativa. Até porque aquilo ali é uma obra singular. O grande ponto está lá em cima, naquele, naquele pilar, nas barras de olhal, e nenhuma empresa, com exceção da americana, tem capacidade de fazer a transferência de carga sem a... o perigo daquilo ali cair. Isso aí era o projeto que foi licitado nessa última fase aí... o projeto financiado pelo Banco Interamericano, inclusive.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

O senhor lembra se existia um manual ou um plano de manutenção da Ponte Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então não sabe dizer como eram definidos os serviços necessários e a periodicidade desses serviços?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em maio de 89 o senhor José Mauro Lopes Pereira remeteu a sua diretoria o Ofício 58/89, o qual solicitava providências a respeito de invasões nas áreas sob a Ponte Hercílio Luz e adjacências. Quais foram as providências tomadas pelo DER?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - É outro documento que foi encaminhado à frente e eu não tenho... não, não tive o acompanhamento da situação, se houve desapropriação, se não houve. Eu acho que a desapropriação até, até agora, nessa última fase de execução, era problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor era diretor de Operações.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E uma das atribuições do DER é zelar pela faixa de domínio das obras. Dentro do DER na época, quem teria essa competência, essa obrigação? Qual era o cargo responsável por tomar providências?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - ã... era o DER de uma forma geral, a presidência, a presidência do... do... do DER, que tinha essa obrigatoriedade de fazer, de viabilizar o quê? Orçamento, viabilizar recursos para desapropriação, tudo isso daí é o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - À Diretoria de Operações não cabia nada disso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Cabia, cabia à Diretoria de Operações detectar problemas, fazer... porque a faixa de domínio não era da diretoria, era manutenção da direto... da, da, das rodovias e da faixa de domínio. Manutenção. A Diretoria de Obras, de execução de obras, é que definia as faixas de domínio, se eram desapropriadas. Naquela época nem tudo era desapropriado, era... muitos era por doação... Eu trabalhei muito no interior, então os proprietários faziam doação, outra parte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E era sua atribuição?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não era?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não era, não era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor sabe dizer por que essas invasões foram permitidas?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Porque existiam construções de alvenaria ali dentro. Existia...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Mas isso já aconteceu muito anterior a isso daí, né? Isso aí já, já existia... não... ali moradias, desde a época da construção da ponte e tudo, já existiam ali embaixo residências, já existiam... ali sempre houve uma polêmica de posse daquilo ali, não sei nem se hoje tá resolvido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E como funcionava a fiscalização e a supervisão dos contratos relativos à Ponte Hercílio Luz na sua época?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - O fiscal era o fiscal da, da obra é que no dia a dia controlava tudo isso daí, apresentava as medições, as medições para serem pagas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então ele apresentava relatórios?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Apresentava medição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor considera que eles eram detalhados? O senhor lembra?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, o rela... Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k.

O senhor, para nós finalizarmos, saberia informar qual a periodicidade de inspeção ou manutenção na base da torre principal?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não existia... não existia um... assim, uma definição ou um planejamento de vistoria. Disso daí eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor falou também em pressões políticas. O senhor pode ficar muito à vontade, agora, se quiser falar um pouco mais sobre isso também, se tiver alguma informação a acrescentar. Sinta-se à vontade para falar nesta Comissão. Nós estamos tentando chegar a uma verdade sobre tudo o que aconteceu, fazer um relato histórico. Se o senhor puder acrescentar algo mais, seria de muita valia para esta Comissão.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Pois é, faz... isso, isso acontece há muito tempo, assim, a gente não tá mais tão lembrado, são trinta anos, né? Trinta anos de trabalho, de exi... Então a gente vê, a interferência... uma coisa é certa, todos são políticos, a gente tem que ter o maior respeito, porque são nossos representantes, né? Mas uma coisa é certa, eu vou falar como técnico, a interferência política na parte técnica é o maior desastre que pode existir na administração pública do País. Essa é a minha conclusão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E isso era claro na época, então?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Sempre, não só na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito. Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Jessé Lopes, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Senhor Flávio, você fez uma recordação com muita propriedade da lembrança da época que a Vivenda ganhou a licitação no início dos anos 90. Tu lembra se nessa época teve alguma movimentação política para reverter o resultado da licitação? Você falou do processo, que ele entrou com a licitação, depois tentaram tirar...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - É, o que eu sei... o que eu sei e que na... que eu tô assim lembrado um pouco é que houve... houve uma proteção bastante grande por parte da administração da Prefeitura de Criciúma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Pela manutenção da Vivenda?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Pela manutenção da Vivenda. Isso... isso eu tenho uma leve lembrança que ocorreu. E de fato depois ela entrou na Justiça e foi... E o Conselho Administrativo do Deinfra está... do DER da época, tá sendo processado e tá sendo... com relação à diferença entre o que foi pago para a Roca durante esse período, foi anulado o contrato da Vivenda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Certo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Sargento Lima, vossa excelência tem perguntas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Boa tarde, senhor Flávio.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Um parecer técnico do senhor: qual a diferença entre manutenção e restauração?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - A manutenção ela é periódica, ela é periódica, corriqueira, é diária, vamos supor. A... a... a manutenção ela é diária, por exemplo, o que que nós temos que fazer? Roçada, limpeza de canaleta, sarjetas, toda, toda a parte que envolve a conservação dessa rodovia num estado bom. A restauração é a rodovia que ela foi... já foi pavimentada e que ela precisa de uma intervenção maior. A... já tem buraco na pista, já tem uma série de avarias e não deixa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Diretamente relacionado à ponte ali, não de rodovias...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Ah...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - O que é uma restauração? A gente está falando da ponte.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - A restauração... a restauração da ponte é... é... eu acredito que seja o que tá sendo feito hoje; a restauração da ponte é o que tá sendo feito hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Hoje?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Hoje. Que é refazê-la de uma forma total para que ela tenha segurança. E a manutenção são substituições de peças, de... de algum tipo de intervenção dela, mas sem mexer na estrutura propriamente dita da ponte, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Cada vez que a gente... lógico, nós conversamos aqui com outras pessoas que vieram aqui nos ajudar aqui com seus depoimentos, né?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - E, lógico, todas elas, devido ao tempo, têm um pouco de dificuldade de se lembrar. Porém, é fácil de acompanhar um fluxo de gastos e aditivos, de contratações e serviços que antecediam campanhas políticas. O senhor entendeu a minha pergunta?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Qual a opinião do senhor sobre isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Acho que uma atitude totalmente errada se proceder dessa forma, como técnico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Bom, tendo em vista... Bom, o senhor acha errado.

Retomando aqui: em algum momento o senhor acha que alguma empresa lhe... tanto a Roca ou a Vivenda, se perderam nessa diferença da minha primeira pergunta, do que seria restauração, do que seria manutenção, se pré-dispunham a fazer um serviço e faziam o outro?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Tá, o.k.. Muito obrigado. [Transcrição: Bruna Maria Scalco]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Presidente, posso perguntar de novo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pode. Pois não, Deputado Jessé.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Na sua opinião, as empresas que tinham como objetivo fazer a restauração da ponte, na sua opinião, elas tinham capacidade técnica para tal?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Na minha opinião, na fraca opinião, eu estou dizendo que eu não conheço nada de estruturas metálicas, mas a empresa vencedora desse contrato aí não tinha capacidade técnica pra fazer essa obra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - E tu falou que a influência política na decisão técnica é desastrosa.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Na prática, você sabe nos dizer, nos dar um exemplo de como aconteceu isso no seu tempo, de como foi e de que forma isso aconteceu, e o que causou essa influência de mau para as questões da ponte?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, isso aí é no dia a dia, no dia a dia, não especificamente da ponte, mas na vivência do dia a dia da gente, nas obras, no, no... Isso a gente percebe que é prejudicial e não coopera com nada para a boa e a profícua administração pública.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - E geralmente a influência política é a última, é a que determina, é a que determinava, pelo menos.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - De um modo, de um modo geral a decisão última é do Governador, é do... Sempre, sempre passa por isso, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Tá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não havendo mais perguntas por parte do Deputado Jessé, pergunto se a Deputada Marlene, o Deputado Fernando, o Deputado João Amin, a Deputada Luciane, o Deputado Jerry querem se manifestar. *(Os senhores Deputados citados declinam usar da palavra.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, quer falar ainda?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Uma última, que me surgiu depois do relato do... Uma última apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Vossa excelência com a palavra. Depois eu quero finalizar com as minhas perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

O senhor tem conhecimento que o contrato com a Vivenda foi pago por quase dois anos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Eu sei que ele foi, por determinação judicial, foi contratado. Ele ficou na ativa um determinado tempo, não sei te especificar em termos de anos, porque eu já não estava mais ali nesse setor, mas a... ele, ele operou durante um bom tempo aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Porque pelo relato do senhor, ele apresentava diversos problemas, só que ele foi aditivado cinco vezes.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Hm, eu não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem decidiu por manter esse contrato?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - A... a direção do... do órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A direção do órgão?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - A direção do órgão, porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Seria quem teria competência para isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Competência pra contratar, pra aditivar, pra fazer todo, todos os procedimentos de manutenção do... ativa de um contrato, né? Isso aí é atribuição deles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pois não, Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Mais uma pergunta.

O senhor, como engenheiro, apresentava pareceres técnicos ali, daquilo que era feito dos trabalhos apresentados na ponte. É isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, sobre a ponte eu nunca apresentei, porque eu não sou especialista, não sou especialista nessa área, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Se o senhor tivesse que explicar para um leigo qual foi o seu envolvimento com a Ponte Hercílio Luz, uma pessoa que não é engenheiro?...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Foi muito pequena.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Por exemplo?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Muito, muito pequena. Simplesmente subordinação... Porque eu fui diretor de Operações e a ponte era subordinada à Diretoria de Operações. Só, como eu falei antes, com a... todas, todas as decisões relativas à ponte eram tomadas pelo Conselho Administrativo do órgão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - O senhor, na sua carreira, já foi procurado alguma vez por um político do Legislativo ou do Executivo com um pedido para interferir no parecer do senhor ou no posicionamento do senhor em relação a alguma obra, em específico à Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhor Flávio Volpato, o senhor tem 42 anos de trabalho prestado ao DER e ao Deinfra. O senhor disse que entrou no DER como engenheiro de estradas. O senhor foi engenheiro residente em quais cidades?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Eu fui engenheiro residente... Quando eu me formei, eu fui e trabalhei três anos em Lages, depois fiquei seis anos e meio em São Miguel do Oeste, em seguida, lá em 1970, em 88, eu fui pra Tubarão e em 89 voltei pra Florianópolis e estou até hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pelo que o senhor acaba de dizer, pelo menos doze anos engenheiro residente?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Doze anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Quem não sabe o que é engenheiro residente, o DER mantém uma estrutura física, como hoje tem as Polícias Rodoviárias Federal e Estaduais, o DER tinha nas regiões uma estrutura física dessa, com engenheiro residente.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Eram 22.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Vinte e duas na época.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Vinte e duas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor passou doze anos como engenheiro residente no interior do Estado.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Vinculado à Diretoria de Operações do DER?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor recebia... Era costumeiro o senhor receber a visita do diretor de Operações do DER?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, não existia assim uma frequência muito grande, não, com relação a isso. Eles, esporadicamente, faziam visitas, esporadicamente, mas sem uma frequência assim pré-determinada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Nos quase três anos em que o senhor foi diretor de Operações, o senhor visitou as residências do DER?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Visitei, até porque..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - E quantas vezes, por subordinação que a Ponte Hercílio Luz estava vinculada a sua diretoria, se o senhor visitou as residências por muitas vezes, quantas vezes o senhor visitou a Ponte Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - E... e... eu visitei, eu acho, duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Visita técnica, acompanhado?...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, acompanhando, acompanhando... Acompanhando o... acho que foi o Secretário da época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor afirmou também para nós, aqui hoje, que o Deinfra tem um Conselho de Administração.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Da mesma forma como teve o DER o seu Conselho de Administração. Quem preside hoje o Conselho do Deinfra e quem presidia na época? Hierarquicamente, era o diretor-geral do DER/Deinfra, ou o Secretário antigamente de Obras, ou o Secretário hoje de Infraestrutura?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Hoje quem preside?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Hoje, hoje ainda tá naquela situação que... Existem os dois órgãos: Deinfra e Secretaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Sim.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - ...mas já não existe mais o presidente, o diretor-geral. O presidente do Deinfra, então hoje, é o Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não, porque hoje está sendo acumulado.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas na...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Mas na época sempre o presidente ou o diretor-geral do Deinfra, trocava o nome assim, depende da estrutura, mas sempre o presidente ou o diretor-geral do Deinfra, até porque o Deinfra e DER, eram uma autarquia, uma autarquia independente, que tinha toda autonomia financeira e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - E sempre foi o Conselho do Deinfra e do DER que decidiam sobre as licitações, os contratos, as obras a serem feitas no Estado?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Sim, eram decisões, decisões superiores e devia ter se... corroboradas pelo Secretário, pelo Governador, porque isso envolve uma política governamental, né, pra dizer qual é a rodovia que vai ser executada, o que que vai ser feito, como vai ser feito, e daí se procedia a licitações normais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Os diretores de Operações do DER e do Deinfra fazem parte do Conselho de Administração?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Fazem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Então o senhor era membro do Conselho de Administração?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor ajudava nas decisões?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Participava, participava das decisões que eram submetidas ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor participava das decisões, das discussões e decisões da obtenção de financiamentos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, não... O financiamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor falou para nós que os financiamentos passavam pelo Conselho de Administração.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, mas o, o... os financiamentos externos eles são... O mutuário é... é o governo do Estado, o mutuário, e o Deinfra é o executor. Então a gente fazia todo o procedimento técnico de negociação e tudo, mas a decisão final é do Governador, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Toda a questão da pavimentação ou não de uma rodovia, da estadualização ou não dela, tudo era decidido no Conselho?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - A estadualização... a estadualização não, é através de decreto, é através de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Sim, mas existe o decreto que trata da malha viária catarinense, que é assinado também pelo diretor de Operações do DER e do Deinfra.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Além do diretor-geral, do diretor de Operações.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - É, eu nunca participei de, de, de... efetivamente desse tipo de colocação não, então eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - As licitações eram decididas pelo Conselho?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - A homologação das licitações, todas são...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não, o início delas, para autorizar a Diretoria Administrativa a fazer, era o Conselho...

O SR. FLÁVIO VOLPATO - É o presidente, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Ele não pedia autorização para o Conselho?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Não, ele homologa, ele... O presidente autoriza a iniciar o processo de licitação, é desenvolvido o processo de licitação, concluso, volta pro Conselho, o Conselho homologa e procede à contratação através do setor jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - E todos os membros do Conselho assinam juntos, se concordam ou não com a homologação da licitação?

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O.k. Dou por satisfeita a minha participação.

Senhores Deputados, não havendo mais perguntas, libero o senhor Flávio Volpato. Agradeço a participação de vossa senhoria e se vossa senhoria quiser se manifestar um pouco mais, está à disposição, se não, nós agradecemos a sua participação no dia de hoje. Muito obrigado pela sua participação.

O SR. FLÁVIO VOLPATO - Obrigado também e me coloco à disposição. Eu digo a vocês que o que eu sei, eu falei de coração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Muito obrigado.

Solicito à assessoria que acompanhe o senhor Flávio até a saída, por gentileza.

(O depoente, senhor Flávio Volpato, se retira do recinto.)

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, estando convocada outra para amanhã, às 10h, sob a presidência do Deputado João Amin.

Muito obrigado. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA

PRESIDENTE

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2019, ÀS 10H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Bom dia, a todos e a todas. Bom dia aos senhores Deputados, aos telespectadores da TV Assembleia Legislativa, aos ouvintes da Rádio Digital e aos presentes.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da Ponte Hercílio Luz. Não há ata [da reunião anterior] e a pauta de hoje é a oitiva do senhor Telmo Fernando Mattar de Souza - e eu peço à assessoria que o coloque sentado à mesa.

(O senhor Telmo Fernando Mattar de Souza posiciona-se à mesa no lugar indicado pelo senhor Presidente, Deputado João Amin.)

Bom dia, senhor Telmo. Obrigado pela paciência, por esperar o início da CPI. O senhor veio acompanhado de advogado?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - O senhor teria a disponibilidade de me fornecer o seu documento de identidade só para pedirmos à assessoria tirar...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Já forneci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Obrigado.

Então, vou pedir para o senhor falar o seu nome completo, a profissão, a idade, o local de nascimento e o endereço.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Nome: Telmo Fernando Mattar de Souza; idade: 71, fazendo agora, daqui a um mês; moro na Avenida Othon Gama D'Eça, 873, apartamento 501, Florianópolis, Capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Obrigado, senhor Telmo.

Eu informo que o senhor tem o direito de não responder as perguntas, se assim achar necessário, o que não souber ou que não tenha interesse. Mas informo o senhor que está sob juramento e pergunto se o senhor se compromete a falar a verdade.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Exatamente, a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Muito obrigado, senhor Telmo.

Então eu passo a palavra ao Relator, Deputado Bruno Souza, para iniciar as perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Bom dia, senhor Telmo. Bom dia a todos os colegas Deputados, agradeço a presença e a disposição.

O senhor Telmo foi convidado, o motivo da sua requisição, é porque ele foi diretor-geral do DER à época da assinatura e execução do Contrato PG 114/80, firmado com a Construtora Roca, assinando o contrato original e todos os cinco aditamentos. Também assinou o contrato original DJ 119/86, firmado com a Construtora Roca, que objetivou a execução de serviços de conservação da ponte. Em 13/5/82 também assinou o Contrato PJ 048/82 com a Usiminas Mecânica S.A. para a restauração da ponte.

Por isso foi requisitada a sua presença, justamente para que a gente possa esclarecer alguns pontos e nos ajudar a construir a história que nós estamos tentando remontar aqui.

O senhor poderia determinar o seu período de atuação como diretor-geral do DER?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Sim. Meu período de atuação foi de 79 a 83 e depois de 83 a 87, março de 87.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor ocupou algum outro cargo de gerência ou direção?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não. Diretor-geral nesse período que eu citei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Além desse período, o senhor ocupou algum cargo de gerência ou direção no DER?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não?

Com relação às obras na Ponte Hercílio Luz, qual foi a sua atuação, direta ou indiretamente? Como o senhor classifica?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - A manutenção ou a reforma e/ou restauração?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ambas, a sua participação. Como o senhor classifica a sua participação? Pode nos falar um pouquinho mais?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Como administrador no sentido de... é... pela indicação de técnicos, preservar a ponte no que diz respeito à manutenção, que não é novidade. Ela existe desde que ela foi inaugurada em 1926, pelo governo Hercílio Luz. Essa manutenção é necessária e ela prosseguiu ao longo dos anos, e não foi diferente na minha administração.

Então, pela indicação da continuidade de manter a ponte, os técnicos se posicionaram e assim foi feito, de maneira que, ela vive, ela convive com um meio agressivo bem difícil e, por certo, tem que ser feito manutenção, e manutenção de peças, de pintura, de tirar corrosão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor... Era da sua responsabilidade então determinar a manutenção, delegar funções e...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Sim, a minha responsabilidade, porque a Ponte Hercílio Luz ela fazia parte do elenco de obras... de obras a serem conservadas e contratadas no caso de precisar reformar ou restaurar, que são duas coisas diferentes. E, no fim, três coisas diferentes: manutenção, reforma e restauração - reforma antes de ser tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Reforma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Restauração, após o tombamento, porque tem que voltar à forma original.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim. Então também era sua atribuição preservar os espaços, as zonas... a área da ponte e também fazer e formular contratos e delegar funções?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Também estava sob sua... [Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Porque o DER é uma autarquia, ela tem autonomia administrativa e financeira, entre aspas, porque na verdade os recursos financeiros vêm do governo do Estado através da Secretaria da Fazenda e através da Secretaria dos Transportes.

Então o diretor-geral tinha por atribuição exercer aquelas atividades que são inerente ao cargo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - E aplaudidas e autorizadas pela Secretaria de Transporte e o governo do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

Então sobre esses contratos, principalmente os firmados na década de 80, a exemplo do PG 114/80, desde o DJ 119/86, firmados com a empresa Roca e assinado pelo senhor para a manutenção da Ponte Hercílio Luz, eles eram baseados no custo das equipes de trabalho que seriam colocadas à disposição no canteiro de obras?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - É, porque o sistema de licitação, se não me falha a memória, era tratado pelo um grupo executivo de licitações que o órgão tinha. E como era uma... um tipo de obra difícil de você dimensionar o que teria de problema, então ela foi feita, no meu modo de entender, se não me falha a memória, por administração contratada. Então era uma solicitação em que você tinha necessidade de mão de obra e material e à medida que havendo a necessidade ia comprado o material, executando através da mão de obra e a empresa tinha um ganho administrativo em cima desses valores. Assim fazia-se a manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o material era contratado com outros fornecedores?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - O material era comprado pela empresa vencedora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A empresa comprava o material?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Sim. Agora, eu quero só enfatizar que eu não me lembro de número de contrato. Quando você cita número de contrato, eu não vou conseguir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não tem problema.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Interagir com esse número de contrato e me lembrar de termos, de datas, de assinaturas, de nada disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não tem problema.

Como eram estimados os custos desses contratos? O senhor lembra?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Ah, isso era um trabalho feito por técnicos, que estabeleciam valores e preços unitários, e à medida que ia se executando as obras, tanto na... da mão de obra, né, porque o material não tem como você prever, num... num... você pode fazer uma previsão de global, mas não tem como prever custo de uma peça que você nem sabe qual é que vai ser preciso fazer manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então não...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Então, na hora que precisava do parafuso ou da peça xy, era visto o custo, era comprado. A própria empresa fazia uma pesquisa de mercado, voltava ao órgão, a fiscalização analisava, autorizava e aí, então, era adquirido e pago a administração, de acordo com a licitação.

Então, para fazer esse contrato, foi feita uma pesquisa, naturalmente, pela equipe de fiscalização, pela diretoria competente e, com base nisso, foi lançado o edital de licitação - eu tô falando agora porque eu sei que essa é a sequência, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pelo que eu entendi da fala do senhor, então não havia nenhum tipo de levantamento quantitativo prévio?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não, existia levantamento prévio, mas eu digo que ele é um... é uma previsão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E quais eram os tipos, o senhor pode citar, quais eram os tipos de quantitativos então?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não, é difícil eu citar tipos de quantitativo porque era o administrador do órgão. Então tinha Diretoria de Operações, tinha fiscalização vinculada à Diretoria de Operações. Então dificilmente a gente entrava no mérito da questão dos detalhes. Mas, sim, confiava na equipe, a equipe tocava, era feita a licitação, um grupo de executivos de licitações fazia a licitação e depois era feito o contrato, o contrato ia ao Conselho Administrativo do DER. Antes também era levado ao Secretário de Estado para que tudo isso fosse autorizado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

Entre os anos de 82 e 87 a empresa Usimec executou o contrato de recuperação da Ponte Hercílio Luz. O senhor participou do acompanhamento desse contrato? *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisão: Clovis Pires da Silva]*

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - É, eu tenho dificuldade em me lembrar, porque a empresa que eu me lembro é a empresa Steinman, que foi quem fez o projeto inicial da Ponte Hercílio Luz quando ela foi inaugurada, na época de 21 a 26. E essa mesma empresa, por questão de notória especialização, ela veio para elaborar o projeto da reforma, porque até então não tinha o tombamento. E... eu não estava me lembrando do contrato da Usimec, mas que me parece que a Usimec, junto com uma empresa nacional, com a Steinman, estava fazendo o projeto para que pudesse ser aplicado peças nacionais à Ponte Hercílio Luz.

É isso única coisa que eu me lembro desse episódio, Usimec, porque eu pra mim tava até pensando que o contrato teria sido feito direto com a Steinman.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor não lembra, ou lembra, o que foi executado desse contrato? O senhor teria alguma coisa a acrescentar?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - É, é muito difícil depois de 37 anos lembrar o que foi e o que não foi. Uma coisa é certo: a obra, o projeto ia sendo desenvolvido, esse grupo que era composto por dois engenheiros e um advogado é que analisavam o trabalho feito e que, então, autorizava o pagamento, certificava o pagamento. Só que esse contrato e esse projeto ele foi interrompido várias vezes pela falta de recursos financeiros, como eu disse agora há pouco, autarquia, entre aspas, autonomia financeira, autonomia administrativa, mas não tinha os recursos financeiros; previstos, sim, orçamentários, sim, mas não o repasse. Então era interrompido a cada momento. O que passou-se o ano de 82 fazendo praticamente o contrato, que como você mesmo citou, foi em maio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ã-hã.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Certo? E houve um desenvolvimento, que eu não sei agora, depois de tanto tempo, sem documento, sem nada, dizer o que foi feito nesse período, e depois entramos num outro período, de 83 a 89, que aí eu acho que foi menor ainda o efeito de elaboração do projeto, porque ele foi interrompido várias vezes por falta de recursos financeiros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E sobre a empresa Steinman, o senhor sabe se ela chegou a realizar as etapas que envolviam a inspeção, o anteprojeto e projeto, o objetivo final?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Sim, acabei de dizer. Era... eu não me lembrava do contrato da Usimec junto, mas entendi de que isso teria sido feito em maio, junto, para que a

Steinman pudesse trabalhar. Então o que foi feito pela Steinman foi dentro e administrado no contrato da Usimec, vamos dizer assim.

Então desta forma, o que foi feito - que eu não posso me lembrar, é impossível, posso até olhar os documentos outra hora, se quiseram, estou à disposição, e tentar lembrar -, mas o que foi feito é aquilo que reza no contrato então, esse de maio, que é parte integrante a empresa Steinman.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor lembra se a Steinman era cumpridora dos prazos, ela fazia a parte dela?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Eu acredito que sim, se ela não cumpriu foi por falta de pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra se existia algum manual ou plano de manutenção da Ponte Hercílio Luz?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - É, manual eu não me lembro, mas eu acredito que deveria ter, sim, um manual, porque a ponte estava sendo feita manutenção desde a sua inauguração. Não é uma... não foi uma novidade, a manutenção da ponte não é uma novidade, e ela vai continuar sendo feita, eternamente, inclusive depois de terminar agora em 31 de dezembro, que está marcado para entregar, pode crer, se não houver uma garantia da empresa de tantos anos sem necessidade de manutenção, vai ter que começar imediatamente uma licitação para continuar a manutenção em função do meio ambiente que ela convive.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pois então. Mas se não havia esse plano de manutenção da Ponte Hercílio Luz ou um manual, como eram definidos os serviços necessários e a periodicidade desses serviços?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - É porque... agora há pouco eu disse, era uma licitação, um contrato, é, obra... é... administração contratada. Então você não tinha condições... Como é que você ia saber se o pino entre a cadeia de elos ele tinha trinca ou não tinha trinca, se ele tava em condição de sustentar ou não tava em condição de sustentar. Não tenho como fazer isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas não havia uma rotina de manutenção, não havia um plano de manutenção, não havia um?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Existia uma rotina de manutenção pela experiência ao longo dos anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Era baseado na experiência, então. *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]*

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Ao longo dos anos. Eu não me lembro, por exemplo, não chegou à minha pessoa um manual com todos os descritivos. Isso não. Até porque, numa obra desse estilo, é difícil, não é fácil, porque é uma estrutura metálica que vive ali numa tecnologia de 1921. Basta dizer que tem que ser muito bem considerado, que uma obra que é feita em 1921, 1926, com uma tecnologia diferente da atual, tem que aplaudir. Está até hoje em pé. E, hoje, com muito mais tecnologia, já estamos com 37 anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor lembra como funcionava a fiscalização e a supervisão dos contratos relativos à ponte na sua época?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - A Hercílio Luz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Era feito pela Diretoria de Operações com a equipe de fiscalização que analisava os serviços feitos, emitia o parecer e a Diretoria encaminhava ao setor financeiro para o devido empenho - na época acho que era empenho, hoje não existe mais isso -, empenho, e era assinado o cheque e pago.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor então... o seu acompanhamento em relação à fiscalização e à supervisão era apenas nos relatórios, era nos relatórios?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Nos relatórios que eram encaminhados... Eram encaminhados à Diretoria de Operações, a Diretoria de Operações encaminhava ao setor financeiro, porque existia um parecer da fiscalização. A fiscalização...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor não participava diretamente da...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Diretamente, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...nenhuma parte fiscalização e supervisão?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Diretamente... Não, mas tranquilo do que os meus companheiros estariam fazendo, porque quando a coisa chegava pra mim seria ou assinatura de cheque, normalmente eu nem assinava, a grande parte dos cheques quem assinava era o vice-diretor. Eu não acompanhava assim, dentro da obra, o dia inteiro dentro da obra, o manual, o parecer, os serviços que estavam sendo feitos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor, como diretor-geral, como conseguia se certificar que realmente a supervisão e a fiscalização estavam sendo feitas?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - É, eu acho assim, ó...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Era baseado apenas na sua confiança pessoal nos técnicos?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - É, eu acho que você deve confiar nas pessoas até o dia que você deixa de confiar. Então se você tem alguém da sua confiança trabalhando, você tem que confiar naquela pessoa que está trabalhando. A mesma coisa acontece com o Secretário e a mesma coisa acontece com o Governador em relação ao Secretário. Então a partir do momento que não tem confiança e que surgir alguma coisa, algum problema, eu acho que não tem outra saída a não ser, a não ser a substituição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E ao longo dos anos 80 e 90 vários estudos foram firmados com a UFSC para...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não, aí eu vou pedir pra você excluir 90. De 87 em diante, você me exclui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não, aqui eu não estou citando o senhor. Eu estou citando um fato e não posso excluir fatos. São fatos e o senhor vai ouvir a pergunta.

Ao longo das décadas de 80 e 90 vários estudos foram firmados com a UFSC para apresentar uma proposta técnica de recuperação da Ponte Hercílio Luz. O senhor sabe qual é o motivo de tantos estudos serem solicitados?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não. É assim ó, na verdade, era uma absorção de tecnologia de empresa conhecida mundialmente e que, inclusive, estava envolvida no projeto da ponte em 1921. Então essa absorção de tecnologia e mais os subsídios com a universidades iam trazer resultados, esses vetores, uma resultante melhor. Daí porque foi feita alguma coisa de entendimento com a Secretaria, mas eu quero dizer que eu não me entendi diretamente com a Secretaria... com a universidade. Tenho a impressão que foi a Secretaria dos Transportes que conversou com a universidade e fizeram um convênio, alguma coisa nesse sentido, para absorver é, é, os estudos que eles estavam fazendo, que era... um grupo de tensões e poder auxiliar a equipe que estava fazendo o projeto. E também...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E os convênios então não foram iniciativa da direção-geral do DER à época, então?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não, não foi pela minha iniciativa, não, foi iniciativa de conjunto, porque quem fez contato com a universidade nesse sentido foi a Secretaria dos Transportes ou o grupo executivo, nomeado por portaria, que acompanhava esses projetos, que eu disse na inicial que eram compostos de dois engenheiros e um advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor considera que esses contratos foram economicamente justificáveis?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Olha, eu acredito que sim, porque a ponte foi fechada, era um momento de muita responsabilidade. Você, diante de um parecer técnico, de um instituto de nome no Brasil...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pois é, é justamente... [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Que conclui, que conclui que a Ponte Hercílio Luz poderia entrar em colapso com o seu peso próprio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas é esse ponto que eu fico um pouco curioso, porque foram três contratos ao longo do tempo e diversos relatos técnicos do pessoal, que o senhor alega confiar, que declararam que eles eram superficiais e impraticáveis, esses estudos realizados pela Universidade Federal.

Então eu queria entender um pouco melhor sobre qual o motivo que tantos estudos eram solicitados, mesmo...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...o seu corpo técnico, que o senhor confia, alegando que eles eram todos superficiais. Nós temos aqui os documentos enviados, inclusive a Diretoria de Operações estava ciente, os fiscais estavam cientes.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Cê tá falando com relação à universidade?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não, a universidade ela apresentou algum trabalho, esses trabalhos foram considerados de risco, e aí, então, o que que aconteceu? Foi feito pela Secretaria contato, foi feito convênio, contrato, que eu não me lembro, e a universidade trabalhou em conjunto, ou seja, para auxiliar, trazer subsídios e também para absorver a tecnologia do novo projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tinha ciência de que existiam ocupações na zona de domínio da Ponte Hercílio Luz?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Ocupações? Eu não entendi muito bem a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso, as ocupações embaixo. Havia casas construídas de alvenaria...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não, existiam atividades comerciais e tudo mais...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não, posses, invasões e... na zona de domínio da...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - É, isso eu não me recordo, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não se recorda?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Eu sei que existiam comércio, existia alguém morando. Eu não saberia dizer se era invasão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E se houvesse alerta do fiscal lá na ponta, se o fiscal fizesse um ofício sobre isso, em quem ia parar? A quem caberia tomar providências?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Ele ia encaminhar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Para resguardar (*ininteligível*).

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - ...ele ia encaminhar pra direção-geral, no caso pra mim, e eu levaria em despacho ao Secretário e ao Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E aí seriam tomadas...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Pra tomar a decisão, a decisão de quê? Desapropriar, né, que era uma decisão também de ordem política. Desapropriar e mostrar o risco que essas comunidades estariam sofrendo em função de um possível colapso pelo peso próprio da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor pode só nos explicar, por último, como nasciam os processos licitatórios na sua época?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Era encaminhado pelas diretorias competentes a necessidade, né, e isso era debatido com a Secretaria dos Transportes, e depois era encaminhada ao grupo executivo de licitações, que era uma equipe nomeada por portaria, para proceder às licitações pertinentes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E quem tomava a decisão de efetivamente realizá-las?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Quem tomava as decisões realizadas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em licitar?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não, a decisão era tomada pelo governo como um todo, o Governador, o Secretário e o diretor, porque o diretor ele era um executivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então as decisões eram tomadas...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Eu não poderia, por exemplo, fazer uma licitação de uma obra aqui pra atravessar o Estado de Santa Catarina inteirinho por minha conta e decisão própria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim. Então as decisões relativas à Ponte Hercílio Luz eram tomadas em uma instância...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...pelo Secretário...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...ou pelo Governador?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - É óbvio. Como é que eu poderia, eu, fechar uma ponte sem ouvir o Secretário, ouvir o Governador?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ouvir, sim...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Mesmo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas as decisões...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - ...mesmo que era muito importante o que estava escrito no parecer técnico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, mas como o senhor?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Eu acho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como o senhor?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - ...que essa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como o senhor é signatário desses aditivos e desses contratos, cabe a mim lhe perguntar...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...se cabia ao senhor fazer essas licitações ou se as licitações eram determinadas e decididas...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não, a licitação depois de determinada era feita pelo órgão que eu dirigia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas a decisão não cabia ao senhor, então?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não, a decisão era uma decisão de governo. Uma obra como a Hercílio Luz só de governo. Não pode o diretor-geral chegar e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Restauração, manutenção?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - ...vou fazer a restauração. A manutenção até poderia ser, mas não a restauração, não a restauração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os contratos de manutenção então...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não a reforma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os contratos de manutenção, então, vamos ser específicos.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Manutenção é outra coisa, porque a manutenção é uma sequência, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E eu vou repetir a pergunta: como se iniciava e quem definia os contratos de manutenção?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não, iniciava com o conhecimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Com as diretorias.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Nas diretorias com o conhecimento da Secretaria e do governo do Estado, e aí faria... fazia-se a licitação. Mas isso aí era um negócio contínuo e vai continuar sendo contínuo, não tenho dúvida disso. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tudo bem. Então, quem cabia decidir sobre a licitação de mais um contrato de manutenção?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Sim, caberia à direção-geral...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - ...por força de informação da diretoria setorial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tem mais alguma informação?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - E isso era levado também ao Secretário para o acordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

O senhor tem mais alguma informação?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - É que assim, ã... Essa, essa, esse... essa vinculação é interessante, né, porque a autarquia tem a autonomia administrativa e financeira, então quem decide é a autarquia. Não é bem assim, né? Existe esse vínculo da Secretaria com o governo, não vai o órgão, o Executivo, decidir algo sem passar pelo Secretário e sem passar pelo Governador do Estado.

Agora, uma coisa rotineira, a rotineira ela passa a ser uma decisão normal, já de conhecimento, não pode ficar sem fazer o serviço, sem restaurar, sem fazer manutenção. Manutenção, né, porque reforma era até então ser tombado, eram duas hipóteses de soluções, era mudança da cadeia de elos ou passar um feixe de cabos de aço para transferir os esforços.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, mas...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Agora, depois do Iphan, só restauração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Justamente. Mas então cabia ao diretor-geral... ele tinha essa...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Da manutenção? Sim, já te respondi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, tinha certa autonomia.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Depois de decidido, depois... Autonomia, sim. É a mesma coisa de uma construção de obra, decidido em plano. Então quem que mandava licitar? O diretor-geral mandava licitar, licitar de acordo com o plano estabelecido e com o plano acordado pelo governo do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

O senhor tem mais alguma informação para acrescentar a esta Comissão?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - É difícil eu me lembrar algo para acrescentar. Eu me coloco à disposição para responder ou até para auxiliar *a posteriori*, vendo os documentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito. Muito obrigado.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Que fica mais fácil pra mim poder puxar da memória.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Talvez possa existir algum dado que agora eu não tenha me lembrado, né?

Até com relação à universidade, porque eu me lembro que existia um contato também entre a Secretária, através de um professor da Universidade, o professor Honorato Tomelin, que fez contato com a universidade no sentido da universidade ajudar e participar de um trabalho de dar subsídios também e para que pudesse absorver a tecnologia de empresa, não que é uma empresa estrangeira, e, sim, porque era a mesma que fez a ponte, o projeto da ponte em 1921.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A universidade absorver a tecnologia?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Sim, a universidade e o Estado, e Santa Catarina como um todo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É, porque a universidade foi paga por esse serviço. O senhor tem ciência disso?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - É, eu tenho ciência que houve um contrato, um convênio nesse sentido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, que novamente eram pagos pelo Estado.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Só não me lembro datas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Por isso que a minha dificuldade de expressar aqui, de entrar no detalhe e esmiuçar, dissecar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Obrigado, Deputado Bruno.

Então com a palavra os Deputados que tiverem alguma pergunta. Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Bom dia, senhor Fernando.

Ontem, no depoimento aqui do senhor Flávio, ele relatou que é uma influência política desastrosa quando ela atua em cima da atuação técnica, influência política em cima da atuação técnica. Ele disse que isso era desastroso.

Eu te pergunto se no seu, na sua gestão você identificou ou pôde acompanhar alguma movimentação política com relação à ponte que possa ter causado algum dano com relação à ponte?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não, nenhuma. Até porque eu, como diretor do órgão, não trocava o histórico técnico de preservar a ponte por uma influência de ordem política. Aí eu preferiria deixar o cargo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Satisfeito, Deputado Jessé?

Deputado Sargento Lima, o senhor tem alguma pergunta para fazer? Deputado Fernando Krelling? Deputada Marlene? (*Os Deputados citados declinaram usar da palavra.*)

Então gostaria de liberar o senhor Telmo. O senhor está liberado. Muito obrigado. Tem alguma consideração a mais, final, que gostaria de fazer? [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Não. Agradecer e continuar me colocando à disposição, até porque eu acho que numa Comissão, num plenário, é mais difícil a gente poder falar e lembrar, mas de posses de documentos - porque eu tenho certeza de que o Bruno está com os documentos advindos do Deinfra, do antigo DER, que não tem a tecnologia hoje talvez no sistema, mas tem na microfilmagem - e também dos contratos que foram aprovados no Tribunal de Contas, de posse disso, olhando, eu posso me lembrar de muita coisa. Por exemplo, é aquilo que ele agora há pouco comentou, a universidade, eu não me recordo do contrato com a universidade, e agora há pouco também eu não tava me recordando do contrato com a Usimec, a empresa nacional.

Eu tava com a ideia de que a Steinman foi contratada diretamente sem auxílio da Usimec ou outra empresa. Então, esses detalhes eles vão aparecendo no *feedback* que eu recebi do próprio Bruno, e eu vou me lembrando.

Então, para se ter um pouco mais, é necessário que eu possa ver, acompanhar. Então é nesse sentido - se não houver necessidade, tudo bem -, é nesse sentido que eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Perfeito.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - E agradeço a atenção e a oportunidade de me expressar.

(*O senhor Relator, Deputado Estadual Bruno Souza, gesticula afirmativamente com a cabeça.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Obrigado, senhor Telmo Fernando Mattar de Souza, por contribuir com a CPI.

Não havendo mais nada a ser debatido, declaro encerrada a presente reunião. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Bruna Maria Scalco / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA

PRESIDENTE DA CPI

* * *

EXTRATOS

EXTRATO Nº 122/2019

REFERENTE: 5º Termo Aditivo celebrado em 05/07/2019, referente ao Contrato CL nº 021/2015-00, celebrado em 13/07/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
CNPJ: 34.028.316/0028-23

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do contrato CI nº 021/2015 entre o período de 14/07/2019 até 13/07/2020. REFERENTE À Contrato de serviços e venda de produtos que atendam às necessidades da ALESC.

VALOR MENSAL: R\$ 140.000,00

VIGÊNCIA: 14/07/2019 à 13/07/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Item 7.1 da Cláusula Sétima do Contrato original; Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017; Autorização administrativa através da Declaração CEO-DF nº 035/20189

Florianópolis/SC, 11 de Julho de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Marciano da Silva Vieira- Representante Legal

Moacir Aguiar- Representante Legal

* * *

EXTRATO Nº 123/2019

REFERENTE: 8º Termo Aditivo celebrado em 27/06/2019, referente ao Contrato CL nº 088/2015-00, celebrado em 25/11/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: PRIMER PRODUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA ME

CNPJ: 00.729.393/0001-79

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade acrescentar à prestação de serviço através da disponibilização de 01 (um) operador técnicos da categoria eletricitista, com formação superior em engenharia elétrica (Engenheiro detentor de ART). REFERENTE acréscimo visa atender as exigências da Câmara Federal que condiciona o funcionamento da TVAL à existência de um Engenheiro Elétrico para acompanhar os serviços.

VIGÊNCIA: 01/07/2019 à 31/12/2019

VALOR: Acréscimo mensal de R\$ 15.333,12

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, IV, c/c 65, I, "b" da Lei nº 8.666 de 21/06/93; Item 4.1 do contrato original e item 15.7 do Edital de Pregão 033/2015; Atos da Mesa nº 128/2015, 131/2016, 101/2017; Autorização Administrativa através da Declaração CEO-DF nº 042/2019 e Resolução CONFEA nº 218/73.

Florianópolis/SC, 11 de Julho de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Lucia Helena Evangelista Vieira- Diretora de Comunicação Social

Ilsou Antônio Bettin- Sócio

* * *